

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
2023



ÍNDICE

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
II. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	6
III. GRUPO PARPÚBLICA	9
1. Perfil do Grupo (ver relatório e contas 2023).....	9
2. PARPÚBLICA (holding).....	10
3. Gestão do Ciclo Urbano da Água	11
4. Produção de Moedas e Publicações	12
5. Mercados Abastecedores	13
6. Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal.....	13
7. Gestão e Promoção Imobiliária	14
8. Outros Segmentos de Negócio.....	15
IV. MODELO DE GOVERNO	17
V. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO	20
VI. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO	22
1. Materialidade	24
2. Envolvimento das partes interessadas	25
3. Valorização dos negócios.....	28
4. Valorização dos recursos humanos	31
5. Valorização da sociedade.....	45
6. Valorização ambiental.....	53
VII. NOTA FINAL	72



I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Sustentabilidade representa o compromisso do Grupo PARPÚBLICA no âmbito da sua Integridade Institucional e Corporativa, em todas as vertentes das atividades das suas participadas, desde a económica e financeira até à ambiental, passando pelas componentes ética e social, interna, os seus colaboradores, e externa, à Sociedade. Não o elaboramos inspirados na obrigatoriedade legal, que procuramos cumprir naturalmente, mas por considerarmos uma responsabilidade coletiva de partilha com todos os stakeholders da nossa própria visão e avaliação da sustentabilidade da Holding e do Grupo – em termos de prioridades, resultados e condicionantes –, conscientes que somos os primeiros interessados e ganhadores desta avaliação e, sobretudo, da sua transparência. É um Relatório integrado e holístico, inspirado no conceito integrador da sustentabilidade e da sustentação da atividade, ao nível da viabilidade e da responsabilidade social, e ao nível dos efeitos e impactos internos e externos de todas as vertentes dessa mesma atividade, bem como das práticas da Gestão a elas associadas. Neste contexto, inspiramo-nos nas orientações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inscritas na Agenda 2030, das Nações Unidas, absorvendo, tratando, experimentando e procurando transferir para as participadas a prossecução daqueles objetivos e melhores práticas. Da nossa própria inspiração corporativa, acrescentámos aos três Pilares tradicionais da Sustentabilidade – Negócios, Sociedade e Ambiente –, o Pilar das Pessoas, dos colaboradores e das colaboradoras.

A PARPÚBLICA aderiu, em 2022, ao UN Global Compact / Global Compact Network Portugal, que promove a liderança em questões de Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, continuando, desta forma, a sua trajetória de integração em Redes de Boas Práticas – juntando à adesão ao iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE), à Plataforma de Trabalho Colaborativo na Administração Pública e ao Pacto para a Conciliação, que reconhece a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal como fator competitivo para a concretização da igualdade entre mulheres e homens, de bem estar, de produtividade, motivação e de sustentabilidade demográfica, que inspira uma mudança cultural nas Organizações. Naquele âmbito, o projeto de Certificação do Sistema de Gestão da conciliação, de acordo com o normativo NP 45:52 2016, tem servido de alavanca orientadora para a implementação de medidas que se mostrem as mais adequadas a cada momento.

Como Holding iremos continuar a pautar a nossa intervenção, nos vários domínios da sustentabilidade, em conjunto com as empresas participadas que, connosco promovam processos de boas práticas, a nível ambiental, social, de governance, de igualdade de género e da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, adaptando, naturalmente, à natureza e especificidade de cada empresa. Pretende-se que a estratégia de desenvolvimento sustentável, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la, incentivando as participadas a fazê-lo segundo a sua própria realidade e cultura institucional, considerando o Negócio e a Sustentabilidade como uma opção e indissociáveis. Entre as Boas Práticas de Governo Societário adotadas pelas Holding, e que se pretende ser gradualmente transferidas para as participadas, gostaria de relevar particularmente o Código de Ética e Conduta, a Carta de Responsabilidade Social, a Política de Gestão de Riscos de Fraude e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências. Reforça este objetivo, as várias ações de formação que visam a sensibilização de todos os colaboradores para questões fundamentais, como proteção de dados pessoais, a cibersegurança, a prevenção da corrupção, a ética e conduta, os conflitos de interesse, entre outros paradigmas de integridade pessoal e institucional.

O presente Relatório aborda, pois, de uma forma sintética, os princípios, as iniciativas e os resultados da Sociedade, e de cada uma das participadas, remetendo-se para os seus relatórios individuais o conhecimento mais efetivo das suas abordagens dos desígnios da sustentabilidade. Como sempre o Futuro trará novos desafios e novas oportunidades de solução, no ambiente permanente e incessante de incerteza, associados a novos modelos de negócio e de organização, novas formas de relacionar e comunicar, novas lógicas de parcerias estratégicas.

Como tem sido dito no passado, a gestão está em permanente mudança, procurando, a cada momento, responder aos desafios económicos, financeiros, tecnológicos e sociais, num quadro de preocupação alargada, no quadro da eficácia e da eficiência empresarial aos vários níveis.

Tal como pressupõe um verdadeiro contexto da Sustentabilidade, este Relatório foi elaborado por um número alargado de colaboradores, das diversas áreas envolvidas. A todos relevo esse trabalho coletivo, o mais fecundo de todos – na Holding e em todas as participadas –, não olvidando os que foram protagonistas reais das iniciativas referidas neste Relatório. Manteremos este rumo, conscientes do muito que há ainda por fazer, nesta realidade, tendo por base o acompanhamento da evolução normativa e societal, num quadro de inovação permanente das melhores práticas nacionais e internacionais.

José Realinho de Matos



FUNDIESTAMO
SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS
DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.



PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.



SAGESECUR

CONSEST



Companhia das Lezírias

II. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A PARPÚBLICA, Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA) elabora o presente Relatório de Sustentabilidade no estrito cumprimento das obrigações decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informações sobre a diversidade, das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA. Este relatório visa assim dar cumprimento aos artigos 66.ºB e 508.º B do Código das Sociedades Comerciais, contendo o mesmo as informações consideradas necessárias para compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo PARPÚBLICA, referentes às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

Este documento tem, porém, o propósito de servir não apenas como um elemento obrigatório para o cumprimento de obrigações legais, mas principalmente como uma demonstração efetiva do compromisso da PARPÚBLICA, enquanto holding, em prosseguir uma atividade sustentável e em transmitir os seus valores a todas as suas participadas.

A PARPÚBLICA entende que a divulgação de informações não financeiras, nomeadamente as de domínio social, ambiental, de governo corporativo e societário, evidencia a sua responsabilidade social, a qual é crucial para a avaliação do seu desempenho e impacto na sociedade. Por outro lado, esta prática permite a identificação de riscos de sustentabilidade, fortalecendo assim a confiança de todos os *stakeholders* na PARPÚBLICA.

Através deste relatório de sustentabilidade, a PARPÚBLICA tem como foco sintetizar as melhores práticas do grupo para as diversas áreas relacionadas com a sustentabilidade, sistematizando e relatando as principais ações e indicadores adotados tanto pela própria empresa como pelas suas participadas. Este documento apresenta também o desempenho alcançado no âmbito da sustentabilidade durante o período de janeiro a dezembro de 2023, assim como as preocupações da empresa com relação a essas questões.

A este propósito cumpre referir que algumas das empresas participadas da PARPÚBLICA já elaboram e apresentam o seu relatório de sustentabilidade, como acontece com a Águas de Portugal (AdP), a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), Arco Ribeirinho do Sul (A.R.S.), a Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB), a Companhia das Lezírias (CL) e a Florestgal (FLORESTGAL).

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade do Grupo do ponto de vista socioeconómico, mas também do ponto de vista ambiental. sendo esta a única forma de criar valor para o acionista e para todos os *stakeholders*.

É desta forma que a PARPÚBLICA vem, ao longo dos anos, a conduzir a sua atividade, de forma a garantir a rentabilidade do seu capital financeiro, sem com isto, descuidar o valor do capital humano, reconhecendo-o como o ativo mais valioso de uma organização atribuindo às pessoas a exclusiva responsabilidade na criação e na manutenção da cultura e dos valores da PARPÚBLICA.

A PARPÚBLICA está ciente dos desafios que todas as organizações têm de enfrentar relativamente à sustentabilidade e o facto de todos estes desafios serem equiparáveis, em termos de valor, torna a sua priorização num desafio ainda maior. Para a PARPÚBLICA é na interseção entre o meio ambiente, a sociedade e a economia que tem de ser alcançado o equilíbrio que promova uma resposta eficaz às demandas internacionais e nacionais em termos de sustentabilidade. Referimo-nos, nomeadamente ao Acordo de Paris, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, à vasta regulamentação emitida pela União Europeia no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, à Lei de Bases do Clima e ao Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

Da mesma forma, a PARPÚBLICA está igualmente consciente dos riscos atuais a que está exposta toda a atividade do grupo, dentro dos quais, merecem especial destaque os riscos climáticos. É indubitável que os riscos climáticos representam uma ameaça cada vez mais relevante para as organizações, podendo afetar significativamente a sua saúde financeira, bem como a sua reputação. Por conseguinte, para a gestão destes riscos é essencial uma abordagem estratégica em termos de grupo, a qual integra a avaliação de riscos e oportunidades, a definição de metas de redução de emissões e a implementação de medidas de adaptação e mitigação. Este processo implicará a criação de planos de contingência para lidar com eventos climáticos extremos, a implementação de medidas de eficiência energética e a diversificação da cadeia de fornecimento de forma a mitigar os riscos de interrupção. A PARPÚBLICA contará, obviamente, com a colaboração de todos os seus stakeholders, no caminho do aumento da resiliência climática.

Atualmente, é essencial compreender-se que as organizações que incluem os critérios ESG (Environmental Social Governance) nas suas estratégias de negócio tendem a ter um desempenho melhor a médio e longo prazo, reduzindo externalidades negativas, verificando-se um aumento do desempenho económico. Por conseguinte, no mercado atual, quem não adota práticas sustentáveis dificilmente será competitivo.

Neste sentido, no ano em análise, a Parpública assumiu um papel de acompanhamento minucioso da evolução da situação financeira das empresas participadas. Reforçaram-se os mecanismos de monitorização e análise das informações financeiras, demonstrando disponibilidade contínua para apoiar as empresas do Grupo a enfrentar possíveis dificuldades que possam surgir a qualquer momento. Além disso, a PARPÚBLICA tem se dedicado ao desenvolvimento e estímulo das preocupações sociais e ambientais entre suas participadas. Procura-se, também, promover a proximidade e a criação de sinergias entre elas, especialmente nas áreas de atuação principais de cada empresa, seguindo as orientações estabelecidas na ODS 17 – Parcerias em prol das metas.

A PARPÚBLICA tem vindo a promover igualmente, junto das suas participadas o estímulo por preocupações ambientais, sociais e de governance, assim como de sinergias entre estas, em particular nas áreas de atuação da atividade core de cada empresa, seguindo as orientações plasmadas no ODS 17 – Parcerias em prol das metas. Da mesma forma e, na prossecução do seu objetivo de preservação dos ativos confiados à sua gestão, a PARPÚBLICA continuou no ano de 2023 a assumir o seu papel de acompanhamento minucioso da evolução da situação financeira das sociedades suas participadas.

Por fim e no que concerne à estrutura e apresentação do presente relatório, foi o mesmo elaborado tendo como referência as normas GRI - Global Reporting Initiative, não tendo sido sujeito a verificação externa.

A responsabilidade da elaboração do relatório é da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado no seu sítio na internet, www.parpública.pt havendo a possibilidade de serem solicitadas informações adicionais sobre o mesmo através do e-mail (sustentabilidade@parpublica.pt) ou ainda para a morada Rua de Santa Marta nº 55, 5.º Piso, 1150-294 Lisboa.

III. GRUPO PARPÚBLICA

A visão do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os valores do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais 100% públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A PARPÚBLICA tem como missão a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor das várias empresas que integram o universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações totais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes segmentos de negócio, que a seguir se apresentam:

1. Perfil do Grupo (ver relatório e contas 2023)

A PARPÚBLICA, enquanto holding do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:

PARPÚBLICA					
Gestão do Ciclo Urbano da Água	Produção de Moedas e Publicações	Mercados Abastecedores	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Gestão e Promoção Imobiliária	Outros Segmentos de Negócio
<ul style="list-style-type: none"> Águas de Portugal SGPS, SA (81%) (Consolidado)	<ul style="list-style-type: none"> INCM, SA (100%) 	<ul style="list-style-type: none"> SIMAB, SA (100%) (Consolidado)	<ul style="list-style-type: none"> Companhia das Lezírias, SA (100%) Florestgal, SA (100%) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundiestamo, SA (100%) Estamo, SA (100%) Consest, SA (100%) Baía do Tejo, SA (100%) 	<ul style="list-style-type: none"> CE – Circuito do Estoril, SA (100%) SAGESECUR, SA (100%)

Os ativos e passivos afetos à atividade da PARPÚBLICA, ao segmento da Gestão e Promoção Imobiliária e às atividades prosseguidas pelas empresas do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.

Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:

CVP – SGH, SA (45%)	INAPA, SA (44,89%)	GALP Energia, SA (8,02%)	MCICapital, SGPS, SA (5%)
IHRU, IP (4,77%)	LISNAVE – Estaleiros Navais, SA (2,97%)	LISNAVE – Infraestruturas Navais, SA (2,08%)	
TAP, SGPS, SA (1%)	CTT – CORREIOS PT (0,24%)	UNITENIS, SA* (0,02%)	

* A 28 de março de 2024, a participação que a PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, detinha na Uniténis – Sociedade de Empreendimentos de Ténis, SA, foi adquirida pelo Clube VII Holdco, Lda., em execução do direito de aquisição potestativa tendente ao domínio total da sociedade, nos termos do disposto no artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, justificada por relatório elaborado por revisor oficial de contas independente.

2. PARPÚBLICA (holding)



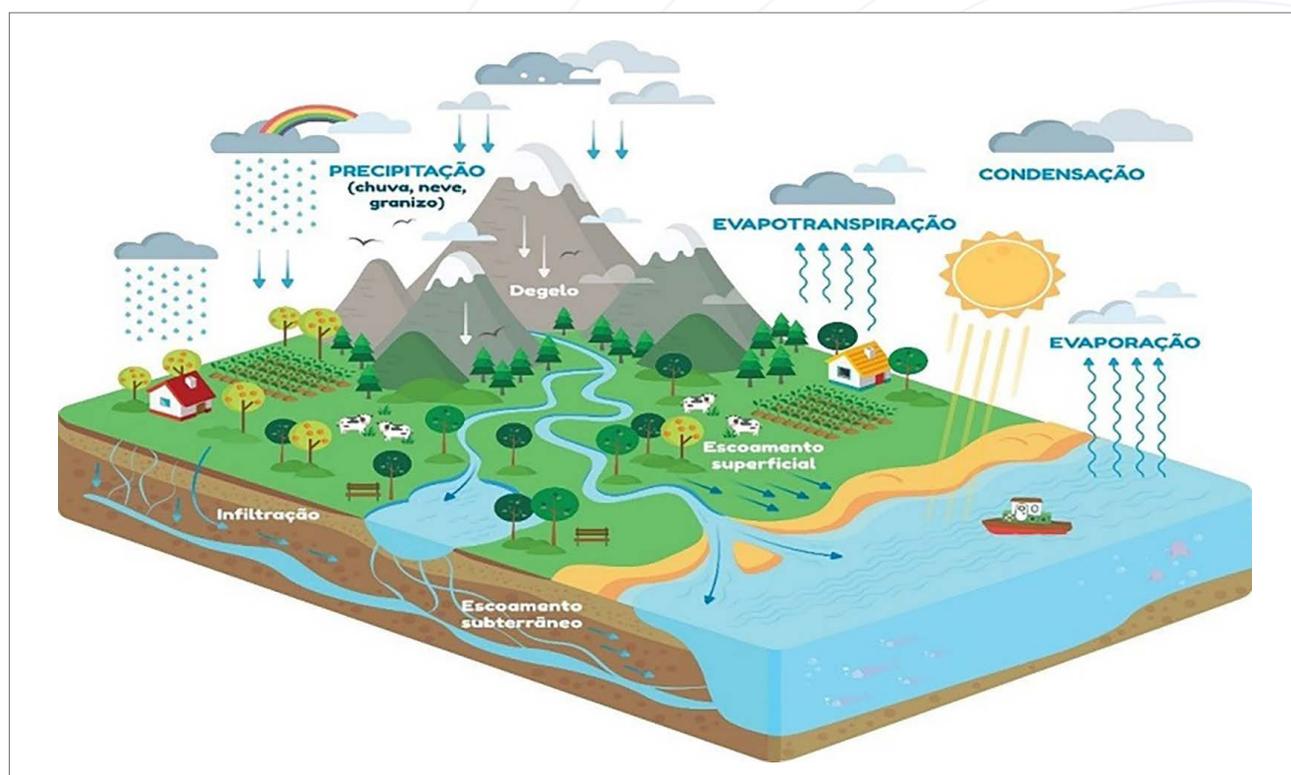
A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas que se encontrem em processo de privatização ou sejam privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação ou liquidação de empresas da sua carteira ou da carteira do Estado se para tal for solicitada pelo Ministério das Finanças;
- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão do Património Imobiliário Público, através de Sociedades participadas de objeto especializado;

- Gestão de património imobiliário público sem utilização adequada, procurando o seu melhor uso, com prioridade, sempre que possível, para as políticas públicas de habitação;
- Apoio ao exercício do Ministério das Finanças na tutela acionista financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolvimento de funções especiais de apoio técnico ao Ministério das Finanças;
- A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

3. Gestão do Ciclo Urbano da Água

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.



O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

4. Produção de Moedas e Publicações



A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado, como a cunhagem de moeda metálica, a emissão de documentos de segurança (tais como, o passaporte eletrónico português, o cartão de cidadão, a carta de condução, o título de residência para estrangeiros, o cartão tacógrafo digital, a cédula do advogado, o cartão de identificação de entidades fiscalizadoras e um lote diversificado de outros cartões, como o cartão europeu de seguro na doença), o ensaio e marcação de peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República. Ao longo do tempo, e com a alteração do contexto de mercado de vários destes serviços, a INCM tem vindo a apostar nos sistemas de segurança e na diversificação das áreas de negócio, com especial enfoque na inovação.

5. Mercados Abastecedores



A SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares.

Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em 4 mercados abastecedores e, de forma pontual em mercados municipais.

A SIMAB detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida pelas Autarquias locais das respetivas áreas de influência e, no caso do MARL, adicionalmente, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

6. Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal



Neste segmento de negócio a holding detém participações nas Sociedades Companhia das Lezírias, S.A. (CL) e Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (FLORESTGAL).

A CL desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).

Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, tais como a atividade cinegética e o turismo rural.

A FLORESTGAL, primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal, presente em 26 conselhos, de norte a sul do país, com 86 propriedades, num total de cerca de 13 mil hectares resultou da reestruturação da empresa Lazer e Floresta, S.A., levada a cabo no desenvolvimento das orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, tendo a sua sede social sido estabelecida em Figueiró dos Vinhos.

Esta reestruturação consistiu não só na alteração da denominação e sede social como também na reconfiguração do balanço e na atribuição de uma nova missão, decorrente do seu novo objeto social, já alterado posteriormente, de forma a adequar a sua atividade efetiva aos objetivos de política florestal a prosseguir, passando de uma atividade essencialmente imobiliária para uma atividade centrada no desenvolvimento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento florestal e, nesse contexto, de valorização do interior do País.

7. Gestão e Promoção Imobiliária

Através do Decreto-Lei n.º 60/2023, de 24 de julho, foi estabelecido o novo modelo de gestão integrada do património imobiliário público, nos termos do qual é atribuído à ESTAMO um vasto conjunto de novos poderes e competências neste domínio, designadamente os que estavam até àquela data cometidos à Direção Geral do Tesouro e Finanças por via do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, em cujo exercício a ESTAMO deverá atuar em nome e por conta do Estado.



Também no âmbito do Programa Mais Habitação, o Decreto-Lei n.º 38/2023, de 29 de maio, aprovou o regime jurídico aplicável ao Programa Arrendar para Subarrendar (PAS), o qual visa o arrendamento pelo Estado de imóveis disponíveis no mercado, tendo em vista o seu posterior subarrendamento, a preços acessíveis, a famílias com dificuldades no acesso à habitação permanente no mercado, tendo sido legalmente atribuída à ESTAMO a competência para a promoção do citado programa.

Verificou-se em 2023 uma reestruturação societária das empresas do Grupo PARPÚBLICA que atuam no setor imobiliário, passando a ESTAMO a incluir no seu património direto a participação detida na Arco Ribeirinho Sul, S.A (adiante tratada por ARS) e na CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A. (adiante tratada por CONSEST), através de um aumento de capital realizado em 28 de dezembro de 2023.

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	A.R.S.
Gestão do património imobiliário público do estado ou de Outras entidades públicas, através de cedências, com destaque para as políticas de habitação, arrendamento, ou através de alienações, salvaguardando sempre o melhor interesse público e a promoção das políticas de habitação.	Gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, tendo sob sua gestão três fundos de investimentos: o Fundo Fundiestamo I, o Fundo Imopoupança e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).	Promoção do desenvolvimento urbanístico de um terreno na Falagueira (Amadora).	Realização de Operações de valorização dos solos, com particular prioridade para a mitigação dos passivos ambientais e promoção da valorização dos territórios.

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias, bem como, o valor dos ativos imobiliários da carteira sob gestão:

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	A.R.S.
Ativo Líquido 1 243 M€ (2022: 974 M€)	Ativos imobiliários sob Gestão 292 M€ (2022: 293 M€)	Ativo Líquido 40.43 M€ (2022: 38,8 M€)	Ativo Líquido 295.93 M€ (2022: 287 M€)
Ativos imobiliários sob Gestão 870.87 M€ (2022: 863 M€)	Inclui ativos dos Fundos Imopoupança, Fundiestamo e FNRE	Ativos imobiliários sob Gestão 28.59 M€ (2022: 27.8 M€)	Ativos imobiliários sob Gestão 288 M€ (2022: 280 M€)

* O FNRE apresenta 4 subfundos em atividade (ImoAveiro, ImoMadalena, ImoResidências e Cabeço da Bola)

8. Outros Segmentos de Negócio

Circuito Estoril

A atividade do CE – Circuito Estoril, S.A. (CE) consiste na gestão e exploração da infraestrutura do autódromo do Estoril, nomeadamente através da realização de provas de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclismo), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão de novos modelos e de realização de testes de competição, de veículos e de pneus.



Neste contexto, a gestão da CE tem como objetivo a manutenção da sua atividade comercial, a consolidação da sua situação económico-financeira, e o desenvolvimento de projetos complementares da infraestrutura, bem como de relacionamento com os principais *stakeholders* locais e regionais. Esta atividade é desenvolvida em articulação com os principais *players* do setor, procurando aplicar as melhores práticas de natureza ambiental, e desenvolvendo uma forte componente de política pública no desenvolvimento do setor, da região e em matéria formativa.

Sagesecur

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. é uma empresa instrumental que desenvolve a sua atividade, determinada a mesma por questões de interesse público, relativamente aos quais o seu acionista considere oportuna e adequada a sua intervenção.



Neste contexto, importa destacar a atividade de gestão do contrato de concessão de transportes públicos de passageiros no eixo ferroviário norte-sul, de que é titular a FERTAGUS, cuja operação utiliza o material circulante propriedade da SAGESECUR.

Se a atividade ferroviária tem implicações imediatas e óbvias em matéria ambiental e de mobilidade, importa, ainda, destacar a relevância da atividade da sociedade em matéria de manutenção do material circulante do ponto de vista de eficiência, nomeadamente energética.

IV. MODELO DE GOVERNO

O Grupo PARPÚBLICA adota naturalmente um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, designadamente os definidos para as empresas do Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e assegurar a criação de valor para as mesmas e para todos os seus *stakeholders*.

Neste contexto, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver um esforço significativo de implementação de ações que tenham uma natureza transversal, envolvendo todas as empresas do Grupo e potenciando o aproveitamento de sinergias.

Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo objetivo final é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todos as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.



Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

O Grupo PARPÚBLICA – devido à diversidade dos setores de atividade em que as suas participadas atuam, bem como, à variabilidade das suas dimensões e também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto na secção II do Decreto – Lei nº 133/2013, de 3 de outubro – adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS DO GRUPO
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • PARPÚBLICA
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • AdP SGPS
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • INCM • FUNDIESTAMO • ESTAMO • COMPANHIA DAS LEZÍRIAS
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Fiscal Único (sociedade ROC) 	<ul style="list-style-type: none"> • A.R.S.* • CIRCUITO ESTORIL • CONSEST • SAGESECUR • SIMAB • FLORESTGAL

* Sociedade apresenta também um auditor externo além do Fiscal Único, de acordo com o n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro.

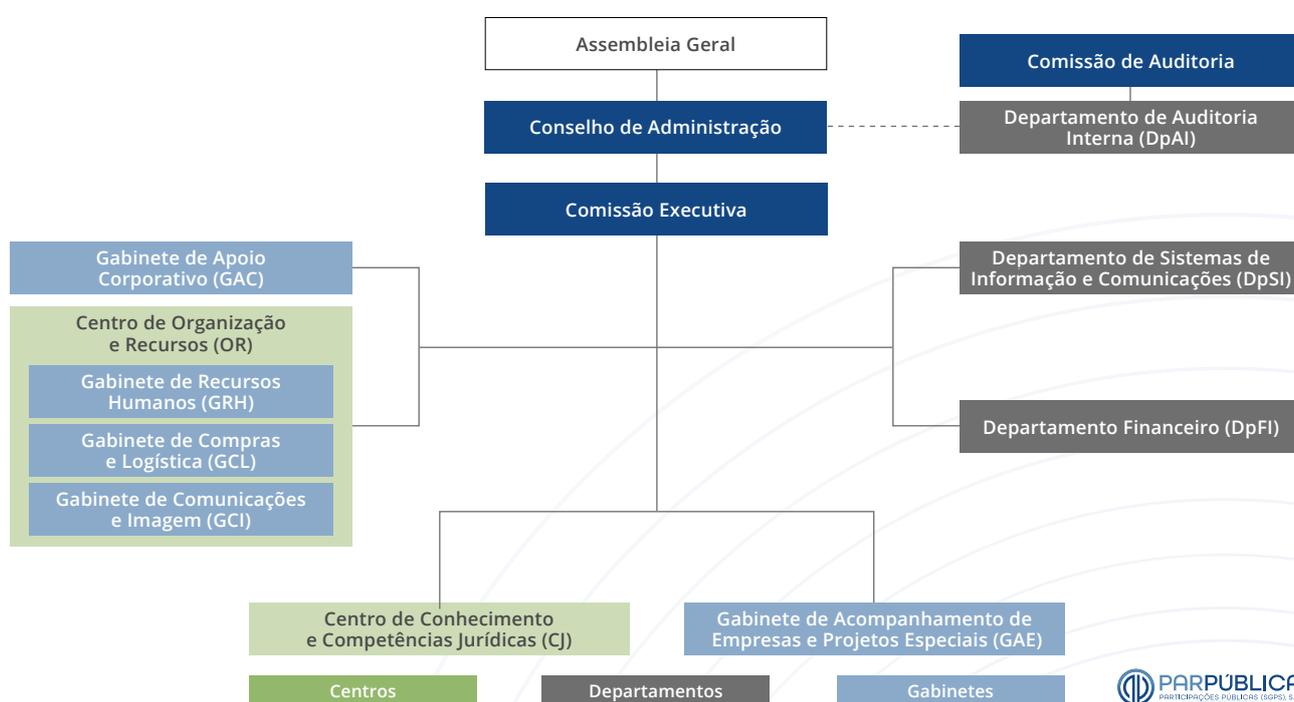
No caso da holding, os Estatutos definem um modelo de governo de inspiração anglo-saxónica, isto é, o órgão de administração é o Conselho de Administração, que integra uma Comissão de Auditoria com função de fiscalização, a qual, juntamente com o Revisor Oficial de Contas, assegura a fiscalização da atividade da sociedade.

O presente modelo de organização foi concebido com o objetivo de dar resposta à atividade principal da PARPÚBLICA, o acompanhamento das suas participadas, e a prestação de apoio ao Ministério das Finanças no acompanhamento do Setor Público Empresarial, sempre com o objetivo de assegurar uma gestão proativa e eficiente dos recursos que lhe estão afetos na defesa do interesse público.

O modelo de governo societário adotado pela PARPÚBLICA tem várias virtualidades na medida em que, ao garantir a transparência, a responsabilidade da empresa e uma cultura de ética e de conformidade, reduz o risco de comportamentos inadequados ou ilegais. Por outro lado, o referido modelo de governo permite uma maior eficiência na gestão da sociedade e a manutenção do foco na criação de valor, apresentando-se como uma estrutura robusta e eficaz.

Na PARPÚBLICA, através da deliberação Unânime por Escrito de dia 31 de outubro de 2023 procedeu-se à eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2023-2025, com efeitos a 6 de novembro 2023, no caso do Vice-presidente com produção de efeito a 1 de dezembro de 2023.

Já no decurso deste mandato foi aprovado o seguinte organigrama:



V. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO

A atividade do Grupo PARPÚBLICA é pautada pelo reconhecimento de que um governo corporativo sólido é essencial para o sucesso e crescimento sustentável da organização, bem como para a criação de valor para todos os *stakeholders*.

Neste sentido, os instrumentos de bom governo do Grupo são fundamentais para garantir a transparência, a responsabilidade e a ética em todas as suas práticas e decisões. Através de políticas e códigos de conduta claros, são estabelecidas diretrizes que promovem um ambiente de trabalho saudável, baseado na integridade, no respeito mútuo e na interajuda.

Da mesma forma, a PARPÚBLICA valoriza a transparência em todas as suas operações, fornecendo informações relevantes e precisas aos seus *stakeholders*, através da divulgação de informações financeiras, ambientais e sociais de forma clara e acessível.

A PARPÚBLICA conta com a sua comissão de auditoria para monitorizar e avaliar continuamente as suas atividades, garantindo o cumprimento de leis, regulamentos e políticas internas. A referida comissão tem a responsabilidade de identificar e mitigar riscos, bem como de garantir que as práticas da PARPÚBLICA estejam alinhadas com os mais altos padrões éticos e de governo.

Além disso, a PARPÚBLICA é dotada de uma estrutura de controlo interno robusta, com procedimentos e políticas claras, que garantem a eficiência e a eficácia de todas as operações realizadas. A segregação de funções, a revisão e aprovação de transações e a implementação de sistemas de gestão e monitorização são alguns exemplos da preocupação da PARPÚBLICA em assegurar a integridade e a qualidade de todos os processos.

Através destes instrumentos, a PARPÚBLICA visa manter uma cultura de governo sólida e promover a confiança da Sociedade. Este compromisso de bom governo não se limita apenas ao cumprimento da regulamentação aplicável, mas também ao estabelecimento de padrões éticos elevados e à busca contínua pela excelência em todas as áreas de atuação. É indubitável que a adoção de instrumentos de bom governo traz benefícios significativos para a empresa e para os seus *stakeholders*, na medida em que, para além de fortalecer a confiança de todas as partes interessadas, melhora a gestão de riscos, aumenta a eficiência operacional, atrai e retém talentos qualificados, garantindo assim a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. É através desta abordagem que a PARPÚBLICA pretende alcançar os seus objetivos estratégicos e criar valor de forma responsável e sustentável.

Neste sentido, no Grupo são seguidas as Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

Em matéria de Boas Práticas de Governo Societário da Holding, merece referência o Código de Ética e Conduta, o Plano para a igualdade, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, a Política de Conciliação no âmbito do sistema de Gestão da Conciliação, a Carta de Responsabilidade Social, a Política de Gestão de Riscos de Fraude e infrações Conexas, a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do terrorismo ou o Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e infrações Conexas e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, como vem acontecendo desde 2018, a política de proteção de dados pessoais aprovada e em vigor já em 2024.

Destacam-se, ainda, outros regulamentos de cariz mais operacional, nomeadamente aqueles que se relacionam com a contratação, gestão documental, formação, utilização de sistemas de informação ou segurança informática.

VI. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO

A estratégia de Sustentabilidade do Grupo assume particular importância para a PARPÚBLICA, procurando sensibilizar as suas participadas para a necessidade de, por um lado, adotarem práticas que lhes permitam conhecer e medir os reais impactos da sua atividade em termos económicos, sociais e ambientais e, por outro, definir objetivos e ações concretas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos nos aspetos considerados materiais em cada uma das suas atividades, quer numa ótica de curto prazo, quer numa perspetiva de médio e longo prazo.

Dada a heterogeneidade de atividades das várias empresas participadas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, é natural que os aspetos considerados materiais e os impactos mais relevantes em cada caso possam ser de natureza também ela bastante diversa.

Assim, sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas e/ou sectores de atividade que compõem o Grupo PARPÚBLICA, respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem desenvolvido abordagens aplicáveis em diversas áreas, tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus *stakeholders* e, em particular, para com os seus colaboradores.

Como fica evidente nos seus Relatórios de Sustentabilidade próprios, em empresas como a INCM, Grupo AdP, em face das atividades que desenvolvem, as preocupações com estas matérias estão bastante desenvolvidas e enraizadas nas suas estruturas internas há já bastante tempo.

Outras, têm vindo a aprofundar nos últimos anos as suas abordagens próprias, com resultados já evidenciados, muito embora possam ainda não apresentar um reporte tão exaustivo.

Nesta medida, a PARPÚBLICA procurou, por um lado, incentivar a prática deste reporte anual regular de sustentabilidade noutras suas participadas, cujos impactos se evidenciam bastante relevantes, o que veio já a ocorrer na prestação de contas dos últimos exercícios na Companhia das Lezírias, na SIMAB e na Florestgal e mais recentemente na Arco Ribeirinho Sul. Por outro, procurou, ela própria incentivar, e recolher o reporte dos principais indicadores considerados relevantes de todas as empresas participadas, de forma a robustecer e uniformizar a medição dos impactos e o reporte numa ótica de grupo, embora de uma forma adequada à diversidade de atividades anteriormente referida. Da mesma forma, procurou também que todas as suas participadas, mesmo as que ainda possam não fazer um exercício tão aprofundado nestas matérias, reportassem e enquadrassem as suas principais ações, desenvolvidas ao longo do exercício em referência, nas ODS que procuram desenvolver.

Tendo presente esta necessidade de aprofundamento da aplicação de uma estratégia para a sustentabilidade, a PARPÚBLICA, enquanto holding do Grupo PARPÚBLICA, após a adesão à Aliança ODS Portugal (organização que tem como missão incentivar a participação e contribuição do Setor Empresarial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em janeiro de 2019, continuou este trajeto com a adesão:

- Em 9 de dezembro de 2019, em conjunto com 25 empresas integrantes do Grupo PARPÚBLICA, no dia Internacional contra a Corrupção, diretamente e através da sua participada Águas de Portugal, ao *Call to Action* Anti-Corrupção – uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os governos para o combate à Corrupção;
- Em 29 de janeiro de 2020, ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer. Em maio de 2024 foi assinado a renovação do compromisso.



- A 30 de Novembro de 2021, ao Pacto para a Conciliação, que, reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, assim como, da promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar que passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado, estabelecendo que, para tal, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações;
- Em 2022 aderiu ao UN Global Compact / Global Compact Network Portugal, no âmbito da participação nas iniciativas e nos programas promovidos e desenvolvidos, pela partilha de experiências e práticas com os restantes membros da Rede, pela demonstração de liderança em questões de Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade;
- Certificação do Sistema de Gestão da Conciliação no âmbito da NP 4552:2016, obtida em agosto de 2023. Em Março de 2024 teve lugar a 1.ª auditoria de acompanhamento e a passagem para o referencial normativo NP 45 52:2022.

Em síntese, olhando para a estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA de forma agregada, salvaguardando as inevitáveis diferenças entre as empresas participadas e/ou entre os sectores de atividade onde elas operam, pode dizer-se que a mesma assenta na valorização:

- Dos Negócios;
- Dos Colaboradores;
- Da Sociedade;
- Do Ambiente.

Pretende-se que esta estratégia de desenvolvimento sustentável, muitas vezes plasmada nas orientações estratégicas a seguir pelas empresas, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la.

Pretende-se, igualmente, que os Conselhos de Administração das várias empresas participadas incorporem nas respetivas estratégias globais de desenvolvimento do negócio uma estratégia de desenvolvimento sustentável, assumindo que uma e outra são indissociáveis.

1. Materialidade

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- as suas atividades próprias;
- os impactos e expectativas que provocam nos vários *stakeholders* com quem se relacionam;
- as melhores práticas existentes;
- o enquadramento das normas GRI;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Para a definição destes tópicos materiais, é essencial, para além dos restantes aspetos anteriormente focados, o envolvimento das várias partes interessadas.

Um maior desenvolvimento da abordagem das participadas sobre esta temática é plasmada nos seus Relatórios de Sustentabilidade Próprios.

2. Envolvimento das partes interessadas

O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite acolher contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, constata-se uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.

A PARPÚBLICA pretende, igualmente, continuar a aprofundar, neste contexto, o relacionamento com as partes interessadas, tendo em conta a sua importância para a identificação dos tópicos materiais para um desenvolvimento sustentável em cada caso, bem como incentivar as suas participadas que ainda não o façam de uma forma explícita.

De acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:

Acionistas	Empresas Participadas	Colaboradores	Clientes
Fornecedores	Entidades Reguladoras e Entidades Fiscalizadoras	Entidades Licenciadoras	Sindicatos
Comunicação Social	Bancos	Comunidade	ONG's
Ministério das Finanças	Entidades Estatísticas	Assessores externos	Associações Sectoriais
Município	Entidades Públicas Internacionais	Universidades	Incubadoras

Especificamente, no que se refere à política de relacionamento com fornecedores, importa salientar que, genericamente, as empresas do Grupo PARPÚBLICA manifestam preocupação com os seguintes aspetos na contratação (em particular, aquelas em que o volume de contratação externa de fornecimentos para o seu processo produtivo é mais acentuado):

- Direitos Humanos na contratação e seguimento de investimentos significativos.
- Mecanismos implementados para envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento com as comunidades locais;
- Cuidado na seleção de novos fornecedores procurando usar critérios sociais;
- Introdução de princípios ecológicos aplicáveis aos procedimentos de formação de contratos.

Por outro lado, ainda relativamente às cadeias de fornecimentos das várias atividades do Grupo PARPÚBLICA, não foram identificados riscos relevantes em qualquer operação ou fornecedor relevante:

- Nos quais fosse identificado que pudessem ser colocados em risco os direitos de liberdade de associação e negociação coletiva;
- Nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho infantil; e
- Nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho forçado ou compulsório.

Em conclusão, as empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obtenção de resultados mais vantajosos para as partes.



A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, tendo sempre em consideração o cumprimento de objetivos de envolvimento e transparência, como apresentados de seguida:

Sítios da Internet	Relatórios e Contas	Relatórios de Sustentabilidade	Outros Documentos Institucionais
Canais de Comunicação Direta	Redes de Lojas	Outros Espaços Públicos de caráter Geral	Diversas Publicações
Comunicações de Informação de Interesse Público	Diversas formas de contacto com Clientes	Diversas formas de contacto com Fornecedores	Comunicação entre Empresas do Grupo
Diversas formas de contacto com Colaboradores	Avaliação de Desempenho	Colaboração com Sindicatos	Acordos de Empresa
Ações de Formação e Sensibilização	Guias Técnicos	Projetos com Entidades Externas	Visitas a Instalações operacionais
Divulgação de Marcas	Redes Sociais	Participação em Conferências e outros Eventos	Imprensa

Quanto aos canais de comunicação e ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, continua-se sempre a trabalhar no seu aprofundamento, de modo que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência (como são exemplo alguns serviços partilhados entre empresas do Grupo).

3. Valorização dos negócios

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo uma natureza pública, têm como objetivo central dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular, desde logo pela *holding*, mas também por outras entidades de supervisão e controlo do SEE, nos termos legais.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, a PARPÚBLICA procura ativamente que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira mediante o desenvolvimento de estratégias que assegurem a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;
- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torná-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;
- Da gestão e da promoção do património imobiliário público, assegurando a sua melhor utilização, em articulação com as políticas públicas do setor;
- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.

Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativos incluídos no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante legislação e regulamentação aplicáveis.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm vigentes.

De seguida, apresentam-se os principais indicadores económico financeiros do ano de 2023, da PARPÚBLICA e das suas participadas, na prossecução dos seus objetivos de sustentabilidade económico financeira:



GRUPO PARPÚBLICA	Volume de Negócios 1.193 M€ (+10% face a 2022)	EBITDA 539.3 M€ (+11% face a 2022)	Autonomia Financeira 58% (55% em 2022)	Dívida Líquida 1.152 M€ (1.087 M€ em 2022)
	Volume de Negócios (incluindo dividendos) 149 M€ (+148% face a 2022)	EBITDA +138 M€ (+441% face a 2022)	Autonomia Financeira 96% (+2 p.p. face a 2022)	Dívida Líquida -97 M€ (-116.4 M€ em 2022)
	Volume de Negócios 980 M€ (+12.7% face a 2022)	EBITDA (ajustado DRG) 417 M€ (+4,7% face a 2022)	Autonomia Financeira 30,1% (29,5% em 2022)	Dívida Líquida 1.239 M€ (-8% face a 2022)
	Volume de Negócios 119 M€ (+0,8% face a 2022)	EBITDA 38.4 M€ (+9% face a 2022)	Autonomia Financeira 76% (62% em 2022)	Dívida Líquida -22.8 M€ (-14.61 M€ em 2022)
	Volume de Negócios 17.3 M€ (+5,7% face a 2022)	EBITDA 12.52 M€ (+5,8% face a 2022)	Autonomia Financeira 62,5% (57,7% em 2022)	Dívida Líquida 19.62 M€ (25.97 M€ em 2022)
 Companhia das Lezírias	Volume de Negócios (incluindo rendas) 9.78 M€ (30% face a 2022)	EBITDA 4.23 M€ (12% face a 2022)	Autonomia Financeira 90,2% (81,8% em 2022)	Dívida Líquida -11.36 M€ (-10.3 M€ em 2022)
	Volume de Negócios 0.44 M€ (-78% face a 2022)	EBITDA 0.512 M€ (-2,12% face a 2022)	Autonomia Financeira 92% (94,6% em 2022)	Dívida Líquida 0 M€ (0 M€ em 2022)
	Volume de Negócios 2.712 M€ (+5,93% face a 2022)	EBITDA 818 M€ (+26% face a 2022)	Autonomia Financeira 68% (83% em 2022)	Dívida Líquida -3.15 M€ (-1.89 M€ em 2022)
	Volume de Negócios 42.8 M€ (-32,2% face a 2022)	EBITDA 54.2 M€ (-5,55% face a 2022)	Autonomia Financeira 98,1% (97,6% em 2022)	Dívida Líquida -40.27 M€ (-26.98 M€ em 2022)
	Volume de Negócios 0 M€ (igual a 2020)	EBITDA +0.348 M€ (+0.928 M€ em 2022)	Autonomia Financeira 94,2% (70,3% em 2022)	Dívida Líquida 1.3 M€ (-7.72 M€ em 2022)

4. Valorização dos recursos humanos



Desde a aprovação da Agenda 2030, em 2015, o UN Global Compact incentiva as organizações a integrar nas suas estratégias os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a UN global Compact, a sustentabilidade numa organização começa nos seus valores e princípios.

Princípios do UN Global Compact ligados à valorização dos recursos humanos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Declaração da Organização Internacional do trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

Em 2023 a economia mundial enfrentou um abrandamento marcado pelas guerras e pela continuação da elevada inflação. A economia na zona euro registou uma contração, devido sobretudo a uma diminuição das existências, às condições de financiamento mais restritivas e à procura externa fraca.

As empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram continuar a adotar as melhores práticas de gestão dos recursos humanos, de uma forma genérica, tem havido preocupação constante em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus trabalhadores/as através dos salários, e benefícios praticados, do equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal e das oportunidades de carreira bem como, em adotar boas práticas ao nível da igualdade, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e à atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho.

Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo e aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.

1. Caracterização do Grupo PARPÚBLICA

No final de 2023, o Grupo PARPÚBLICA apresentava a seguinte distribuição de trabalhadores/as e cargos de Gestão, por género.

<p>No final de 2023, no Grupo PARPÚBLICA 4 634 trabalhadores (33% Mulheres e 67% Homens) 78 Cargos de Gestão (38% Mulheres e 62% Homens)</p>	<p>No final de 2022, no Grupo PARPÚBLICA 4 660 trabalhadores (33% Mulheres e 67% Homens) 65 Cargos de Gestão (45% Mulheres e 55% Homens)</p>
--	--

Distribuição dos trabalhadores por género nas diversas empresas do Grupo.

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	A.R.S.	CE
F	22	1061	338	18	30	4	5	16	27	5
M	13	2569	387	23	63	5	7	7	26	8

Durante o ano de 2023, as novas contratações, em percentagem por género, estão representadas no quadro abaixo:

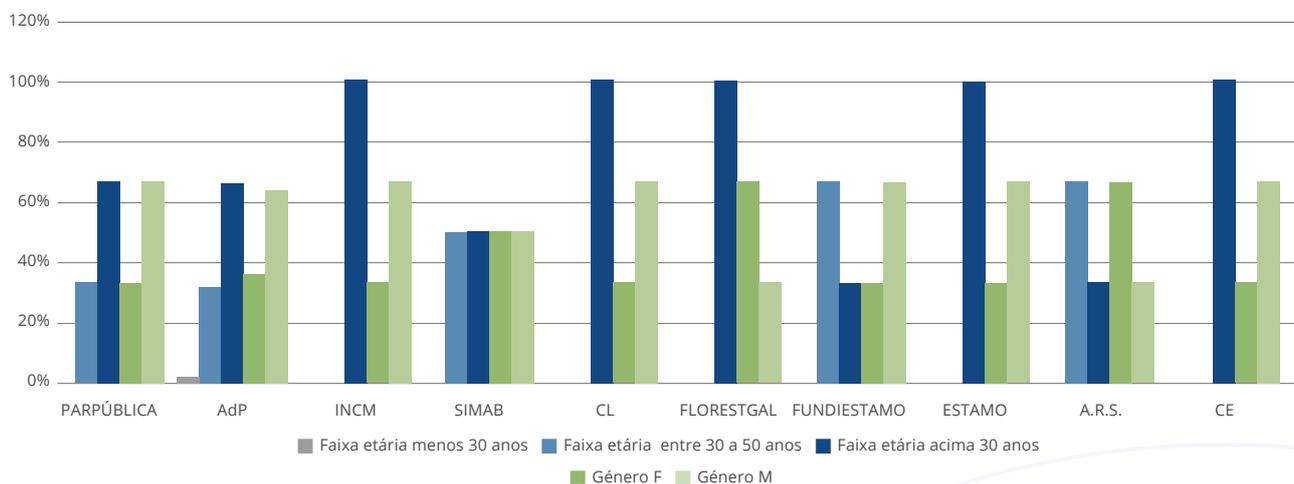
	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	A.R.S.	CE
F	100%	30%	54%	67%	55%	33%	0%	73%	0%	0%
M	0%	70%	46%	33%	45%	67%	0%	27%	0%	100%

Relativamente à saída de trabalhadores, em percentagem, por género, durante o ano de 2023.

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL
F	100%	30%	30%	0%	50%
M	0%	70%	70%	100%	50%

Nos casos da AdP, da INCM a totalidade dos trabalhadores/as estão abrangidos por acordos coletivos, celebrado pelas empresas e as organizações sindicais representativas, constituindo um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos trabalhadores/as.

No quadro seguinte identifica-se a Diversidade nos órgãos de Gestão em percentagem, por género e por faixa etária, nas empresas do Grupo PARPÚBLICA.



Relativamente aos acidentes de trabalho, algumas empresas do Grupo estão mais expostas por força da sua atividade e apresentaram os seguintes números:

O Grupo Águas de Portugal registou 236 acidentes de trabalho comunicados à seguradora e destes 6 traduziram-se em consequências graves. Estes acidentes estão maioritariamente associados a quedas e má postura no desenvolvimento da atividade;

A INCM registou 26 Acidentes de Trabalho com consequência grave, maioritariamente relacionados com a movimentação manual de cargas;

A SIMAB registou 52 acidentes de trabalho na maioria dos casos relacionado com Quedas durante a execução das tarefas.

2. Igualdade e diversidade



No grupo PARPÚBLICA a temática da igualdade e diversidade nas empresas tem vindo a consagrar estes princípios nos seus valores através:

- Códigos de Ética e Conduta;
- Planos de Igualdade e Género e
- Políticas de Recursos Humanos

Para além de acolherem estes princípios nos seus normativos as empresas do Grupo PARPÚBLICA promovem ativamente práticas de atuação que procuram assegurar a não discriminação na gestão diária dos seus recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, procurando-se que este não constitua um fator discriminatório.

Neste âmbito, importa destacar algumas ações concretas desenvolvidas nas empresas do Grupo PARPÚBLICA nos últimos anos tendo em vista o aprofundamento do princípio de Igualdade de género:

PARPÚBLICA (Holding)

- Em 2020 a PARPÚBLICA aderiu ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer;
- Desde 2022 que a PARPÚBLICA tem assumido uma participação mais ativa num dos grupos de trabalho daquele Fórum e participou ainda na publicação “Igualdade de Género nas Organizações – Do retorno do investimento às boas práticas”, partilhando as suas boas práticas, a par de um conjunto de organizações. Em maio de 2024, foi assinado o acordo de renovação de compromissos;
- Cumprindo igualmente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, e ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 62/2017, de 1 de agosto, a PARPÚBLICA, elabora, anualmente, o Plano para a Igualdade e submete-o no Portal da Igualdade no Trabalho e nas Empresas, plataforma que existe para o efeito, coordenada pela CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. <http://www.parpública.pt/newsfiles/Planoparaligualdade2023.pdf>. Cumprindo o *Plano para a Igualdade* de 2023, foi programado um conjunto de iniciativas de modo a reforçar a promoção e sensibilização para o tema da Igualdade. É disso exemplo o canal interno de informação digital sobre as mais diversas matérias ligadas à Igualdade, nomeadamente a Parentalidade e também a temática da Conciliação. Foi também disponibilizado o acesso a vários módulos formativos relacionados com a Igualdade, em modo de e-learning;
- O Código de Ética e conduta que elenca os princípios de ética e as normas de conduta profissional, a observar pela PARPÚBLICA e respetivas Partes Intervenientes no exercício das suas funções, sem prejuízo de outras disposições regulamentares e legais aplicáveis, designadamente em matéria laboral, administrativa ou outra. Foi atualizado durante o ano de 2021 e, tiveram a

sua divulgação e reflexo em 2022 e refletem o empenho da empresa na efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Pode ser consultado em: http://www.parpública.pt/newsfiles/CodigodeEtica_2021_VFinal.pdf;

- O Código de boa Conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho pretende constituir, nos termos da Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, uma referência para todos os membros dos Órgãos Sociais, trabalhadores e trabalhadoras da PARPÚBLICA, contribuindo para que a mesma seja reconhecida como um exemplo de integridade, responsabilidade e rigor, visando garantir a salvaguarda da integridade moral dos seus trabalhadores e trabalhadoras, assegurando o seu direito a condições de trabalho que respeitem a sua dignidade individual. A PARPÚBLICA, compromete-se assim, a defender os valores da não discriminação e do combate contra o assédio no trabalho, assumindo o presente Código como um instrumento privilegiado na resolução de questões éticas, garantindo a sua conformidade com as práticas legais a que está sujeita;
- A PARPÚBLICA aderiu ao Pacto para a Conciliação em 2021, que, reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, assim como, da promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar que passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado, estabelecendo que, para tal, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações;
- Obtenção da certificação pela norma NP 4552:2016 - Sistema de Gestão da Conciliação. Na sequência do desenvolvimento do sistema de gestão da conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal. A PARPÚBLICA obteve a certificação pela Bureau Veritas, em agosto de 2023, em março de 2024 foi obtida a primeira auditoria de acompanhamento e a passagem para o normativo NP 4552:2022.

Grupo AdP

O Grupo considera os seus recursos humanos como o principal fator diferenciador na prossecução da contínua excelência de serviços. Apostando em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovem a aquisição das competências necessárias à concretização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores/as. A melhoria contínua dos sistemas de gestão de higiene e segurança no trabalho e de responsabilidade social permitem uma gestão adequada dos riscos associados às atividades do Grupo AdP e à garantia das melhores práticas de trabalho.

Existem diversos benefícios complementares que traduzem a aposta em políticas sociais nas várias empresas do Grupo AdP e que contribuem para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal de acordo com o Relatório de sustentabilidade publicado pelo grupo AdP para 2023.

O Grupo AdP está alinhado com as convenções internacionais sobre as relações sociais e condições de trabalho, adotadas na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Privilegiando a mobilidade interna nos processos de recrutamento: O recrutamento interno é encarado como uma das ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores/as, possibilitando-lhes a exposição a novos contextos e desafios, que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências.



A mobilidade interna de trabalhadores/as entre empresas do Grupo tem sido uma opção estratégica, contribuindo, por um lado, para a otimização da gestão de recursos humanos e, por outro, para a evolução profissional, partilha de experiências e/ ou melhor equilíbrio da vida pessoal e profissional dos trabalhadores/as. O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos trabalhadores/as a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências.

o Grupo AdP, Considera, entre outros, os seguintes temas como materiais – Desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores/as; Igualdade de oportunidades, diversidade e inclusão; Segurança e saúde no trabalho; Equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal.

INCM

A empresa tem um longo caminho nestas matérias e tem uma multiplicidade de benefícios nas diferentes esferas de ação (saúde, apoios sociais, família, formação, bem-estar, descontos, mobilidade profissional, comunidade), enquadrados em normas internas e no Regulamento dos Serviços Sociais.

Em 2023 obteve a revalidação na norma NP 4552 - Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, compromisso assumido com a assinatura do Pacto de Conciliação. Esta atribuição confirma a INCM como uma empresa pioneira nesta matéria, sendo das primeiras em Portugal a se certificar neste referencial.

A INCM desenvolve as suas operações em Portugal, sendo por isso abrangida pelo cumprimento da legislação laboral portuguesa. Adicionalmente a INCM tem um Código de Ética e de Conduta, disponível na sua página oficial (https://www.incm.pt/portal/incm_codetica.jsp), que define os padrões éticos e deontológicos aceites e praticados pela empresa, e estes princípios são vertidos nas suas políticas e práticas internas. O canal de ética (etica@incm.pt) é o meio de reporte para as situações de discriminação, bem como de todas as outras abrangidas no Código de Ética e de Conduta da INCM. O Comité de Ética é o órgão independente responsável por promover a aplicação e a evolução do Código de Ética e de Conduta e pela gestão de todas as questões reportadas. A INCM é membro fundador do iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade, com o qual renovou o seu compromisso, e participa nos grupos de trabalho da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, no âmbito da Carta da Diversidade, da qual é signatária.

A INCM está empenhada historicamente na defesa da igualdade de direitos e oportunidades, fundamentais para um desenvolvimento mais justo e equilibrado da sociedade, consagrando, entre outros, o princípio da igualdade de género e não discriminação nos seus Valores, Código de Ética e Política de Recursos Humanos.

As iniciativas prosseguidas encontram-se consagradas no Plano da Igualdade de Género da INCM e são acompanhadas pelo Comité de Igualdade de Género e estão desenvolvidas no seu relatório de sustentabilidade de 2023.

A INCM aderiu à Meta Nacional para a Igualdade de Género: <https://globalcompact.pt/index.php/pt/advocacy/calls-to-action/meta-nacional-para-a-igualdade-de-genero>;

Grupo SIMAB

Na SIMAB, para além do código de Ética que está disponível no site institucional, o grupo dispõe ainda de Plano para a Igualdade em demonstração do compromisso para com o tema da igualdade de género e em cumprimento do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.



Companhia das Lezírias

Na CL, no que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, tendo a empresa um Plano para a Igualdade em vigor, assim como diversas formações sobre a temática da Igualdade de Género.

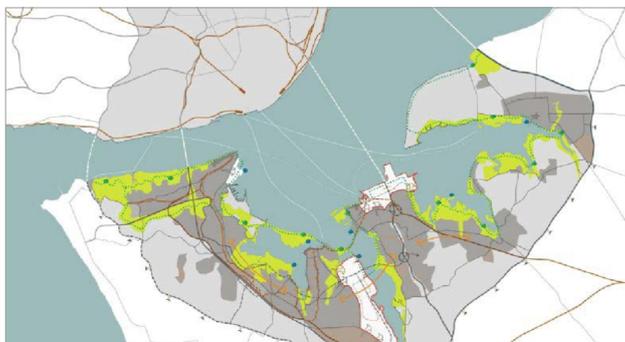
Saliente-se ainda que, o setor agrícola apresenta historicamente uma grande predominância de mão-de-obra masculina, mas apesar de tal acontecer, está estabelecida na empresa uma política de meritocracia que assenta na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género.



A.R.S.

A Arco Ribeirinho Sul dispõe de um Plano de Igualdade desde 2014, sendo inclusivamente uma das empresas fundadoras do iGen – Fórum organizações para a Igualdade: “O Nosso Compromisso”, criado em 2013.

O Plano que se encontra atualmente em vigor, aprovado em 2023, surge na sequência do primeiro e anterior Plano, acolhendo, em continuidade, as medidas cuja implementação consolidou e adotando novas medidas face ao enquadramento legal atual.



A Arco Ribeirinho Sul tem participado ativamente no Fórum de Empresas para a Igualdade, sendo uma das 73 empresas representativas dos mais importantes setores da economia nacional que assinaram o Acordo de Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Assumindo a Igualdade de Género como um desígnio estratégico, a empresa incorporou na sua própria missão este compromisso e passou a adotar na sua vertente comunicacional quer interna quer externa uma linguagem inclusiva.

Estamo

A Estamo tem em vigor um Plano de Igualdade de Género.

Alguns Indicadores do Grupo PARPÚBLICA,

Rácio da retribuição Mulher/Homem na Administração e nos Trabalhadores/as.

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	A.R.S.	CE
F/M	0,65	1,30	*	1,10	0,83	1,10	0,52	0,86	0,75	1,79

*De acordo com a empresa, a remuneração base é estabelecida no Acordo Empresa e não existe nenhuma distinção devido ao género.

Indicação dos trabalhadores/as por género que tiraram licença de maternidade/paternidade, ao longo do ano de 2023.

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	A.R.S.	CE	TOTAL
F	0	25	9	0	2	0	0	0	0	0	36
M	0	57	9	1	1	0	0	0	2	0	70
TOTAL	0	82	18	1	3	0	0	0	2	0	106

Após o término da licença de maternidade/paternidade, 100% dos trabalhadores do Grupo PARPÚBLICA retomaram ao trabalho, com exceção da AdP onde cerca de 4% dos colaboradores não o fizeram.

As empresas do Grupo PARPÚBLICA estão de acordo com o Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das entidades do setor público empresarial, que estabelece na alínea 1 do Artigo 4 "proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3 %, a partir de 1 de janeiro de 2018".

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	A.R.S.	CE
F	33%	36%	33%	50%	33%	67%	33%	33%	67%	33%
M	67%	64%	67%	50%	67%	33%	67%	67%	33%	67%

Outros Instrumentos de Igualdade Entre Mulheres e Homens

A **PARPÚBLICA**, considera a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar como uma condição fundamental para que trabalhadores/as se sintam dedicados/as, empenhados/as e dispostos/as a levar a cabo a sua missão e os objetivos. Consciente da importância deste princípio, a Empresa começou a desenvolver em 2022 um Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal.



O Sistema de Gestão da Conciliação tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, permitindo sistematizar, validar e reconhecer procedimentos e práticas adotados neste domínio que favoreçam um maior equilíbrio entre as responsabilidades profissionais, o tempo em família e as atividades pessoais. A implementação do Sistema de Gestão da Conciliação concretiza-se com um processo de certificação na norma portuguesa NP 4552:2016 Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida profissional, familiar e pessoal, que ocorreu em agosto de 2023.

A integração da conciliação ao nível dos recursos humanos e no modelo de gestão da Empresa favorecerá a introdução e otimizações ao nível da gestão de pessoas, que se confia que se traduzam em melhorias nos níveis de satisfação, envolvimento e motivação dos/as trabalhadores/as, de forma extensiva aos seus agregados familiares, assim como nos níveis de produtividade e, consequentemente, na qualidade de serviço nas diferentes equipas.

A concretização deste projeto está a ser assegurada internamente por um Grupo de Trabalho transversal de forma a contemplar uma visão integrada e inclusiva do contexto e complexidade da atividade da Empresa, sendo este Grupo de Trabalho apoiado por uma Empresa externa.

Medidas de Conciliação apresentadas nos seguintes domínios:

1. Medidas no domínio das Boas práticas laborais
2. Medidas no domínio do apoio profissional e desenvolvimento pessoal
3. Serviços e Benefícios

No domínio das Boas Práticas Laborais alguns exemplos:

- Seguro de acidentes pessoais;
- Seguro de saúde para os/as trabalhadores/as e agregados familiares;
- Teletrabalho;

No domínio do Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal alguns exemplos:

- Comparticipação de formação avançada;
- Biblioteca

No domínio dos Serviços e Benefícios alguns exemplos:

- Instrumentos de facilitação da comunicação e do Trabalho;
- Apoio à Parentalidade;
- Cartão refeição;
- Cartão Galp Frota;
- Cabaz de Reconhecimento;
- Medidas de Conforto, como disponibilização de fruta, águas e café e espaços para refeições totalmente equipados;

3. Formação e avaliação



Formação – O Grupo PARPÚBLICA tem vindo a promover inúmeras ações no âmbito da formação dos seus colaboradores/as, seja internamente ou externamente.

Os planos de formação estão inevitavelmente ligados às necessidades de cada uma das empresas e seus trabalhadores/as, decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros, de que se destacam as temáticas relacionadas com a gestão financeira, análise de investimentos, e, naturalmente as temáticas da sustentabilidade.

Apresentam-se nos quadros seguintes as Horas de formação médias, por género, nas várias empresas do Grupo:

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	A.R.S.	CE
F	10	31	42	27	12	13	4	4	5	0
M	13	25	44	23	9	27	28	4	5	0

Neste âmbito, refere-se a realização em 2023 de várias ações de formação, as quais terão continuidade em 2024, e que visam a sensibilização de todos os colaboradores para questões fundamentais, "Prevenção da Corrupção", "Mercados Financeiros: uma visão", "Cibersegurança", "Ética Empresarial e Prevenção de Conflitos e Interesses" e "Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal", proteção de dados pessoais.

Destaca-se ainda, no âmbito do regulamento de formação em vigor, o apoio à frequência de pós-graduações para 1 colaborador da empresa.

A **AdP** Corporiza a cultura de melhoria contínua e, como Grupo entende que é fundamental dotar os Recursos Humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o seu sucesso. Desta forma, a formação dos colaboradores/as é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Os trabalhadores do Grupo AdP, tiveram cerca de 104 mil horas de formação¹, mais 15% do que em 2022 e os órgãos sociais executivos cerca de 1000 horas. O Grupo AdP reconhece que o investimento na formação potencia a melhoria dos desempenhos individuais e de Grupo.

INCM

Em 2023 O plano de formação contemplou formações, de vários âmbitos, por meio de várias tipologias (sala, e-learning, on-job), com o objetivo de desenvolver competências de natureza técnica, comportamental, de gestão e ainda de liderança aos trabalhadores e trabalhadoras.

A INCM desenha planos de formação com programas ajustados às necessidades de competências específicas como, por exemplo, em necessidades de desenvolvimento no domínio comportamental.

¹ Inclui 7413 horas de formação referentes a trabalhadores/as suspensos/as a 31 de dezembro e que saíram no ano em análise. Não inclui administradores/as.

O investimento em formação, em 2023, ascendeu aos 528 225€ traduzido em 31 494 horas

Horas por natureza de formação:

Ações Transversais – 24 307

Ações Específicas – 4 120

Liderança – 1 811

Qualificação – 1 256 (inclui horas estatuto trabalhador-estudante)



A empresa recebe estagiários (estágios profissionais e curriculares) contribuindo para a ingressão no mercado de trabalho de jovens qualificados bem como apoia a continuidade dos seus estudos e o desenvolvimento das suas teses na empresa. Em 2023 recebeu 3 estagiários;

Programa INCM Qualifica – programa para apoiar trabalhadores e trabalhadoras a completar o ensino secundário, por forma a melhorar o seu nível de qualificações e aumentar o seu potencial de valorização profissional na empresa;

O Plano de Formação de 2023 integrou um módulo de formação sobre Igualdade de Género, promovida pela CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

A.R.S.

Tem vindo a investir na valorização dos seus recursos humanos através de formação contínua, adaptada às áreas funcionais específicas de cada colaborador, apresentando-se como uma estratégia altamente eficaz e que demonstra um compromisso profundo com o desenvolvimento profissional e pessoal. Desta forma, promovem-se as competências específicas e necessárias para a função que cada trabalhador desempenha, elevando os níveis de satisfação no exercício das funções, permitindo adicionalmente reconhecer e investir no potencial de cada trabalhador.

Em 2023 a Arco Ribeirinho Sul, S.A. conseguiu cumprir 202 horas de formação, 25% das ações previstas no seu Plano de Formação para 2023.

Avaliação de Desempenho

Relativamente à evolução nas carreiras, e apesar das restrições que ainda permanecem a este respeito, há a destacar a existência, em algumas empresas do Grupo, de modelos de progressão e avaliação de desempenho. Noutras ainda estão em fase de desenvolvimento.

Na **PARPÚBLICA** começou a ser desenvolvido em 2018 um modelo de organização de carreiras e de avaliação de desempenho, sendo que existe já um sistema de avaliação de desempenho em aplicação que se iniciou em 2020 e, é efetuado regularmente de forma anual a todos os colaboradores da *holding*. Em 2023, foi concluído e apresentado aos trabalhadores/as um Plano de Carreiras e Estrutura Remuneratória, neste momento aguarda-se parecer da tutela.

Existe no Grupo AdP um modelo de avaliação de desempenho que tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar a melhoria contínua. Este Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e principalmente, o desenvolvimento dos trabalhadores/as.

Em 2023 foram avaliados todos os trabalhadores elegíveis.

Na INCM, considerando que é essencial para a promoção de uma cultura de meritocracia e desenvolvimento profissional, o Sistema de Gestão de Desempenho da INCM visa o reconhecimento da contribuição de cada um para os resultados da empresa, num processo de desdobramento dos objetivos estratégicos, passando pelos das unidades orgânicas e culminando na contratualização, em cascata, dos objetivos de equipa e individuais de todas as pessoas.

A evolução nas carreiras profissionais, respetivos patamares e condições de evolução estão estabelecidas no Acordo de Empresa, não existindo nenhuma categoria profissional com diferenciações salariais relacionadas com o género;

A Arco Ribeirinho Sul, S.A. está comprometida com a criação de uma cultura de gestão baseada em resultados mensuráveis, com a implementação de um sistema de avaliação de desempenho.

Considerando que a implementação de um sistema de avaliação de desempenho, assume um papel preponderante na empresa, pois representa uma ferramenta integradora das diferentes práticas e promove a eficácia das organizações através do desenvolvimento do seu capital humano, a empresa pretende dar continuidade, durante o ano de 2024, à implementação deste sistema que se encontra em desenvolvimento por entidade externa especializada nesta matéria.

Desde 2019 que a CE tem implementado um sistema de avaliação de desempenho dos funcionários.

Na CL salienta-se a Implementação de um sistema de gestão e avaliação do desempenho abrangendo, em 2023, a totalidade do ano.

5. Valorização da sociedade



As empresas do Grupo PARPÚBLICA em múltiplas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento com a mesma.

Acresce que, muitas destas empresas encontram-se integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os *stakeholders* é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

O Grupo procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, freguesias, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.

Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela AdP, pela INCM ou pela BdT.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência. Aliás, devem destacar-se as categorias de produto e serviços, nomeadamente na área do abastecimento de água, para os quais os impactos na saúde e segurança são

avaliados tendo em consideração a melhoria dos mesmos. Também a atividade da INCM relacionada com as edições com o objetivo de promover a língua e cultura portuguesas, ou da Companhia das Lezírias, através da Coudelaria de Alter, na preservação do património genético animal da raça lusitana.

A mesma preocupação é verificada relativamente à procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas. Veja-se o exemplo do Grupo AdP em que os novos fornecedores são selecionados considerando critérios de boas práticas laborais e usando critérios de direitos humanos.

De qualquer modo, as empresas desenvolvem sistemas de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis às suas operações e, nos casos relevantes, às respetivas cadeias de fornecimento, para além dos Códigos de Ética e de Conduta aos quais aderiram, como explicado em capítulos anteriores.

Destacamos de seguida as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo Grupo PARPÚBLICA.

PARPÚBLICA

A interação direta da PARPÚBLICA na sociedade é reduzida, pelo fato de não possuir nenhuma prestação de serviço público ou de interesse geral. Contudo existe uma sensibilidade geral para o tema e para as diversas necessidades e fragilidades sociais, agravadas pela pandemia, guerra e catástrofes naturais. Desta forma, têm vindo a ser desenvolvidas ações de divulgação interna para apoio a instituições próximas das instalações da empresa e outras de sensibilização sobre projetos de solidariedade e consciencialização ligados à saúde.

Algumas ações de sensibilização social:

- Sensibilização – Dia Nacional de Prevenção do Cancro de Mama, iniciativa da Liga Portuguesa Contra o Cancro de promoção, divulgação, consciencialização e a importância de um diagnóstico precoce do cancro de mama;
- Disponibilização da vacina da gripe para todos os colaboradores interessados;
- Iniciativa “pequeno-almoço saudável, – traduzida na oferta de um kit-pequeno-Almoço, concebido por nutricionista, acompanhado por conselhos sobre uma boa alimentação, assim como consciencialização dos benefícios de beber água;
- Deu-se início à recolha de pilhas e lâmpadas, em parceria com o Electrão, tendo como ponto de partida uma campanha a favor do IPO, suportada por uma política de Responsabilidade Social;
- Participação ativa na recolha de e envio de roupas quentes e cobertores aquando do Sismo na Turquia;

- A PARPÚBLICA é membro da *Aliança ODS Portugal* desde 2019 e em 2022 tornou-se membro da *United Nations Global Compact*, o que faz com que estas duas participações venham reforçar o seu compromisso com os princípios das Nações Unidas e o seu empenho em trabalhar para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constantes da Agenda 2030, aprovada em setembro de 2015;
- Como organização presente no iGen, em 2023 a PARPÚBLICA detém uma participação mais ativa num dos grupos de trabalho daquele Fórum e participou ainda na publicação “Igualdade de Género nas Organizações – Do retorno do investimento às boas práticas”, partilhando as suas boas práticas, a par de um conjunto de organizações;
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito do desenvolvimento do Centro de Conhecimento e Competências;
- A PARPÚBLICA patrocinou uma equipa universitária na competição *Global Management Challenge 2023*.

Grupo AdP

Constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e alteração climática, efetuando a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

No relatório de sustentabilidade 2023 do Grupo AdP, encontramos diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito da valorização da sociedade entre as quais podemos destacar:

- A AdP presta um serviço público de total confiança aos seus Clientes;
- Promovendo a universalidade, continuidade e qualidade do serviço de abastecimento e saneamento;
- Contribui para a criação de emprego local; contribuindo para a dinamização do emprego e da economia local, impulsionando o combate à desertificação do interior do país;
- O Grupo Águas de Portugal lançou a campanha “Água é vida” em parceria com os municípios um pouco por todo o país com o objetivo de sensibilizar para o uso parcimonioso da água;
- Banco Alimentar: a AdRA e o banco Alimentar contra a fome em Aveiro, deram início a uma campanha de solidariedade na luta contra a fome;
- Dia Mundial do Ambiente no Grupo AdP, foram desenvolvidas diversas atividades junto da comunidade, quer através de campanhas de comunicação, quer através de ações de sensibilização;

- Desafio Bioescola 360° – Água da Torneira, desenvolvido em parceria com o município de Lousada teve como objetivo promover o consumo de água da torneira junto de 7 mil alunos das 27 escolas básicas;
- Girl Move – O Grupo AdP é um dos parceiros do projeto Girl Move, uma iniciativa destinada a jovens mulheres moçambicanas.



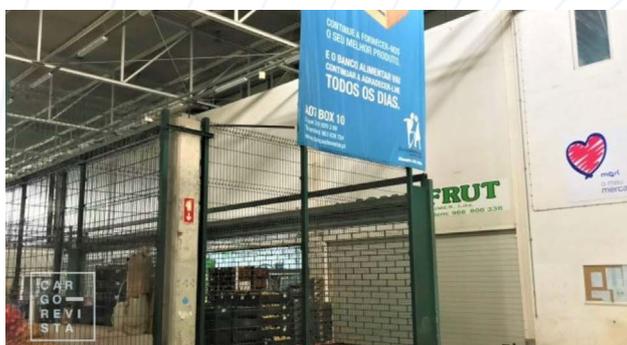
INCM

- Campanhas e iniciativas para a promoção da saúde (vacinação e recolha de sangue nas suas instalações);
- Desafio ser saudável;
- Corrida INCM;
- App de saúde mental;
- Biblioteca da Imprensa Nacional – A Biblioteca, localizada no edifício da Imprensa Nacional (IN), aberta a todos os cidadãos, disponibiliza um património que ascende a mais de 20 000 mil volumes;
- Arquivo Histórico da INCM – mantém um arquivo histórico com documentos que resultam da atividade da instituição, do século XVI à atualidade;
- Ser reconhecida, a nível nacional e internacional, como líder em produtos e serviços de segurança essenciais à sociedade e como promotora da língua e da cultura portuguesas.

Grupo SIMAB

Seguidamente apresentam-se alguns exemplos de valorização da sociedade evidenciados no Grupo SIMAB:

- Durante os eventos realizados no auditório do MARL, são colocados no local dispositivos para separação dos resíduos produzidos; utilização de pratos, copos e talheres recicláveis; os alimentos que sobram dos coffee-break' são colocados na copa à disposição dos colaboradores e as frutas frescas dos arranjos florais, a existirem, entregues à Associação 5 ao Dia;
- Realização de um projeto integrado de promoção de boas práticas de organização, funcionamento e gestão de Mercados Municipais retalhistas, enquanto polos comerciais urbanos promotores da produção local, dos circuitos curtos e da economia verde;
- Apoio técnico à concretização de um projeto integrado de conceção de um novo centro logístico enquanto polo produtivo e comercial promotor da produção local, dos circuitos curtos e da economia verde;
- Contribuição para a promoção do crescimento económico inclusivo e trabalho digno para todos - proporcionada a experiência em contexto de trabalho no MARÉ a um cidadão portador de deficiência;
- ASSOCIAÇÃO 5 AO DIA – Através da sua participação na Associação, a SIMAB contribui para a promoção de uma alimentação saudável;
- AÇÕES DESENVOLVIDAS JUNTO DA POPULAÇÃO SENIOR, ampliando assim o público-alvo do programa 5 ao dia;
- BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME Através de protocolo de colaboração firmado com o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF);



CL

- A comunidade local é muito importante para a CL, sendo uma das suas preocupações, bem como a sua relação com fornecedores e clientes. Uma das formas de impactar diretamente as comunidades locais é através das compras realizadas, assegurando que as mesmas são feitas a fornecedores locais.
- Os fornecedores locais causam também importantes impactes na Companhia, sendo também por isso importante ter uma relação de proximidade estabelecida, de forma a rapidamente resolver problemas e criar impactes positivos na sociedade;
- A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos de raça lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;
- A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.



A.R.S

Visa consolidar a estratégia de ação em matéria de passivos ambientais dos territórios geridos pela Sociedade, bem como, contribuir para a implementação das melhores práticas de gestão do património e dos ativos da Arco Ribeirinho Sul, nomeadamente em matéria de sustentabilidade, de qualificação dos espaços e recursos naturais existentes compensando as Comunidades com o reforço de uma estrutura ecológica em todas as áreas.

- Limpezas e Manutenção de Áreas Verdes arbóreas

As prestações de serviços relacionadas com as limpezas dos territórios da Arco Ribeirinho Sul, estão divididas em quatro grupos: limpezas de edifício, limpezas e manutenção urbanas, manutenção de áreas verdes, e encaminhamento de resíduos. Estas atividades continuam a representar, em termos de custos operacionais efetivos, uma das atividades com maior impacto na despesa dos Parques.

- Conservação do Edificado e Arruamentos

Com a incorporação, por fusão, da empresa Ambisider – Recuperações Ambientais S.A. em 2017, e a conseqüente criação do Serviço de Conservação do Edificado e Arruamentos na Direção dos Parques, diretamente relacionada com a transição de meios humanos (de engenharia e operacionais) e de equipamentos da empresa incorporada, permitiu, à então Baía do Tejo, agora Arco Ribeirinho Sul, uma melhoria na resposta às necessidades existentes.

Circuito Estoril



- Tem desenvolvido com as Federações nacionais de motociclismo e automobilismo uma política de transparência e cooperação, no sentido de promover o desporto motorizado junto das camadas mais jovens e de formação de futuros pilotos, desenvolvendo uma rede de conhecimentos e troca de informação para o crescimento do desporto motorizado em Portugal;
- Tem igualmente colaborado na realização de ações de formação da Guarda Nacional Republicana, disponibilizando a sua infraestrutura para ações de formação e com outros parceiros, desenvolvido ações de prevenção rodoviária;
- Colaborado com a Câmara Municipal de Cascais na cedência das instalações para a realização de eventos desportivos para as camadas jovens mais carenciadas do Município;
- Colaborado com o Instituto Superior Técnico, através da cedência das instalações, para o desenvolvimento do projeto *Formula Student*.

FLORESTGAL

Enquanto empresa promotora do desenvolvimento da política pública florestal e de valorização do interior. São inúmeros os exemplos do envolvimento da empresa com a comunidade em que está inserida e com os seus respetivos *stakeholders*, apresentando-se de seguida alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

- Contribuição para a redução do uso de químicos perigosos e inertes ligados à contaminação e poluição da água e solo como resultado da adoção de controlo biológico de pragas em áreas florestais sob gestão da FlorestGal;

- Intervenção no quadro da implementação de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
- Pagamento de contrapartidas pelo arrendamento de baldios de freguesias para gestão e produção florestal;
- Promoção de atividade económica como resultado do desenvolvimento de operações no acervo agroflorestal sob a responsabilidade da FlorestGal espalhado pelo país, com destaque para aqueles em territórios de baixa densidade;
- Oferta de trabalho remunerado a colaboradores da FlorestGal em diferentes regiões do país, incluindo territórios de baixa densidade onde esta oferta tende a ser escassa;
- Protocolo com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Apoio ao desenvolvimento de projetos de formação avançada;
- Visitas guiadas de sensibilização com escolas.

Fundiestamo

- Identificação e substituição de materiais com amianto nos imóveis geridos pela Fundiestamo;
- Instalação progressiva de postos para carros elétricos nos imóveis dos Fundos imobiliários geridos pela Empresa;
- Prossecução dos trabalhos de inventariação e registo dos consumos de cada um dos imóveis propriedade dos Fundos geridos pela Fundiestamo, incidindo nas zonas comuns da sua responsabilidade, de forma a estabelecer um conjunto de metas de diminuição dos consumos de energia e de água;
- Escolha de fornecedores de energia que ofereçam uma distribuição de fontes renováveis superiores a 30%;



FUNDIESTAMO

SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS
DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.

SAGESECUR

No domínio da qualidade e adequabilidade do material circulante para uma linha cuja importância para a mobilidade urbana é essencial e enquanto *market maker* para fundos geridos por outra sociedade do Grupo, defendendo, desta forma, os interesses dos pequenos investidores.

6. Valorização ambiental

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das participadas.

Em termos gerais, o Grupo PARPÚBLICA aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.



Nos casos concretos do Grupo AdP, da INCM, do Grupo SIMAB, da Florestgal, da Companhia das Lezírias, da A.R.S. e da Circuito Estoril, verifica-se a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, seja através da utilização eficiente da água, a importância da utilização da energia de fontes renováveis ou da sua produção própria, bem como, da redução da emissão de gases de efeito de estufa, da resolução dos passivos ambientais históricos e a própria mitigação dos impactos da sua atividade operacional.

Dada a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar de seguida, os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável atingidos, as ações implementadas em 2023 e/ou atualmente em curso e os indicadores de desempenho ambiental que permitem a cada empresa do Grupo abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental.

PARPÚBLICA (holding)

Enquanto holding, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, a holding tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da PARPÚBLICA salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas em 2023 e os indicadores relevantes. O ano de 2023, reflete a preocupação da atividade da holding na redução nos consumos de combustíveis nas viaturas, energia e água nas instalações e na recolha e separação adequada dos resíduos produzidos.



- Utilização otimizada dos sistemas AVAC, da iluminação e das impressões que promovem a poupança de energia e o consumo responsável dos recursos(água, energia elétrica e papel);
- Recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de pilhas, tinteiros e toners de impressoras);
- Sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e de partilha de informação;
- Substituição, no devido tempo, das viaturas de serviço por viaturas híbridas ou totalmente elétricas.

Consumo de eletricidade
92.325 kWh
(aumento de 7% face a 2022)

Consumo de combustíveis
12.923 litros
(aumento de 9% face a 2022)

Consumo de água
532 m³
(aumento de 64,7% face a 2022)

Grupo AdP

São vários os desafios com que o Grupo AdP se depara, para dar resposta aos seus acionistas e demais partes interessadas: a eficiência técnica, económica e financeira, as sinergias como ganhos de economias de escala e a transparência dos modelos de gestão. A esse rigor técnico, económico e financeiro tem de ser sempre conciliado a elevação do desempenho ambiental.

O desafio na prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos desempenhos, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente e segurança, Energia, Responsabilidade Social, Energia e Gestão de ativos, numa lógica de transparência e credibilidade. Em 2023, 100% das empresas do Grupo garantiram a sua certificação em Qualidade-ISO 9001, 100%, em Ambiente ISO 14001, 94% em Segurança ISO45001, 53% em Responsabilidade Social SA8000, 65% em Energia ISO 50001, 54% (das 13 operacionais) em Gestão de Ativos ISO55000, 47% em Gestão da Conciliação NP 4552, 46% em Laboratórios ISO17025; 12% em Segurança da Informação ISO 27001 e 12% em Inovação ISO 4457.

As questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade. Neste âmbito os principais desafios centram-se: i) na prevenção dos impactos ambientais; ii) na gestão e valorização dos recursos; iii) na adoção das melhores práticas disponíveis; iv) na inovação e desenvolvimento tecnológico; v) na gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas; vi) na potenciação da utilização e produção de energias renováveis e; vii) na introdução de medidas de redução e compensação de emissões de GEE.

Neste âmbito, o Grupo AdP define como temas materiais a segurança e qualidade do produto e resiliência do serviço da água, a conservação e valorização dos recursos hídricos e a economia circular da água. A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade ambiental, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população, bem como, as alterações nas características dos meios de descarga.

O equilíbrio entre o consumo e utilização dos recursos hídricos e as necessidades das comunidades é um dos pontos essenciais da intervenção do Grupo AdP, pelo que a manutenção de caudais mínimos, a prevenção da poluição das linhas de água e do mar e a despoluição que se tem verificado pela existência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, garantem que os meios hídricos apresentam a qualidade e quantidade de água necessária à conservação e ao desenvolvimento da biodiversidade.

Face ao desafio das alterações climáticas, destaca-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial. No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP. O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima – COP'28 em dezembro de 2023.

Em 2023, e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR. Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país.

O ODS 6 “Água e saneamento para todos” é o core do Grupo Águas de Portugal. De acordo com o Grupo AdP, este ODS é transversal a todos os outros porque “sem água não há vida”, o que confere ao Grupo AdP um papel fundamental e de elevada responsabilidade no caminho dos ODS, em Portugal e além-fronteiras.



- Para o Grupo AdP, o ODS 6 – Água e saneamento para todos – é transversal a todos os ODS porque "sem água não há vida";
- O Grupo AdP desenvolve o programa (ZERO) sustentado e integrado de redução de consumos energéticos e de produção própria de energia de fonte 100% renovável;
- O Grupo AdP elaborou o seu Plano de Ação para a Reutilização que envolve projetos de produção de água para reutilização, bem como, o Plano de Ação de Gestão de Lamas a ser aplicado em algumas das instalações do Grupo;

- Foi desenvolvida a ferramenta de inventário da pegada carbónica das empresas do Grupo AdP e reportam os inventários de emissões do Grupo AdP desde 2019 (ano base do inventário) a 2022 (último ano com dados disponíveis). Esta ferramenta permite o desenho e o desenvolvimento do Programa NEUTRO do Grupo e de cada uma das suas empresas, bem como a criação de um orçamento plurianual para a neutralidade carbónica;
- Todas as empresas do Grupo AdP têm sistemas de gestão ambiental, estando 100% certificadas na Norma Ambiental 14001, salvaguardando boas práticas ambientais no âmbito do fornecimento de bens/serviços, independentemente dos critérios contratuais;
- A 4.ª edição da competição nacional do AQUAQUIZ, lançada no dia Mundial da Água, voltou para desafiá-los jovens dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico a mostrarem os seus conhecimentos sobre água e o seu valor em diferentes dimensões. Desde o início, este jogo já envolveu cerca de 917 escolas e 10.172 inscritos/as;
- A Águas do Tejo Atlântico dinamizou duas ações que assinalaram o dia Nacional do Mar, com o objetivo de sensibilizar para a importância da preservação dos ecossistemas aquáticos. A primeira em parceria com o Município de Sobral de Monte Agraço, que envolveu a comunidade educativa local, e uma segunda com a Escola Superior de Educação de Lisboa, no Centro de Educação Ambiental e na Fábrica de Água de Beirolos.

596 M m ³ captados de água para abastecimento (± igual a 2022)	Volume de água obtido por captações superficiais foi 515 M m ³ (508 M m ³ em 2022) vs captações subterrâneas de 81 M m ³ (77 M m ³ em 2022)	Cumprimento dos parâmetros de controlo de qualidade em 99,6% no abastecimento em alta e 99,4% no abastecimento em baixa
Produzidos 6,5 M m ³ de APR reutilizada internamente em usos com níveis de exigência não potável	171 K ton/CO ₂ de emissões diretas (Escopo 1)	155 K ton/CO ₂ de emissões diretas (Escopo 2)
Consumidos 3.109.246 GJ de energia em forma de eletricidade	Consumidos 121.784 GJ de energia para aquecimento	Consumidos 147.691 GJ de combustíveis – gasolina e gásóleo
Peso total dos resíduos gerados 419.419.435 ton	Peso total dos resíduos gerados não destinados para disposição (totalmente valorizados) 391.345,2 ton	Peso total dos resíduos perigosos destinados para disposição Aterro (3,763 ton) e outros (3,860 ton)

INCM

A INCM mantém o compromisso com a redução do seu impacto ambiental, registando neste ano progressos significativos na melhoria da sua eficiência hídrica e energética, na implementação de um plano de mobilidade sustentável, na identificação de oportunidades no âmbito da economia circular, e na avaliação e monitorização da sua pegada carbónica, visando a sua neutralidade. Os aspetos identificados assumem-se como uma prioridade da INCM, no compromisso com o ambiente, tendo criado em 2023 iniciativas neste âmbito e integrado iniciativas coletivas nas cidades onde opera (signatária do Lisboa Pacto de Mobilidade Empresarial e o Compromisso de Lisboa Capital Verde Europeia).

Para a INCM, a responsabilidade ambiental é um compromisso transversal a todas as suas áreas de atividade e que inclui a prevenção da poluição e a proteção dos recursos, garantindo o cumprimento de todas as obrigações de conformidade e demais requisitos legais, a melhoria contínua e o alinhamento das orientações estratégicas da empresa com os ODS da ONU e respetivas metas.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da INCM salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2023 e os principais indicadores relevantes:



- Compromisso do atingimento da neutralidade carbónica até 2030
- Monitorização dos consumos de água e reutilização de água em alguns processos produtivos. Adesão ao sistema waterbeep da EPAL, nos dois grandes edifícios industriais, que permite a ligação direta do sistema INCM ao sistema da EPAL para acompanhamento dos consumos em tempo real e com alertas de desvios;
- A INCM assinou o Pacto de Mobilidade Empresarial e o Compromisso de Lisboa Capital Verde Europeia, com medidas que levarão à redução de emissões da empresa e da cidade;
- Concretização de medidas de racionalização energética, tais como, a formação e sensibilização dos trabalhadores sobre a temática, a já referida monitorização de consumos, a redução de fugas de gás e a substituição de iluminação existente por LED com instalação de sensores de presença;
- Renovação do parque industrial e evolução das linhas de produção (indústria 4.0);

- Instalação de painéis solares fotovoltaicos para produção de energia na cobertura do edifício da Casa da Moeda (produção anual aproximada de 623 MWh de energia) e contrato de fornecimento de energia com origem totalmente verde (desde 2021);
- Redução de consumo de papel e consumíveis de impressão, pela adoção de uma política de impressão ambientalmente responsável, bem como pela promoção da desmaterialização de documentos, processos e fluxos de informação;
- Na contratação de fornecedores são incluídos critérios ambientais, como o cumprimento da legislação em ambiental portuguesa, a melhoria desempenho na utilização dos recursos naturais e certificação energética ou outros certificados ecológicos;
- Neste momento a INCM tem a frota automóvel de ligeiros de serviço elétrica;
- Resíduos enviados para valorização: Total: 75% (100% dos resíduos não perigosos; 28% dos resíduos perigosos);
- Redução de consumo de papel e consumíveis de impressão pela adoção de uma política de impressão ambientalmente responsável, bem como pela promoção da desmaterialização de documentos, processos e fluxos de informação e implementação de softwares que estão, ao mesmo tempo, associados ao objetivo de simplificação administrativa.

Consumo eletricidade de 10 546 GJ
(11.169 GJ em 2021)

9.748 ton de resíduos produzidas
(7.911 ton em 2022)

38% dos resíduos produzidos
foram incinerados

Consumo água 38.554 m³
(110.945 m³ em 2022)

Emissões diretas (Escopo 1)
de gases com efeito de estufa
de 860 tonCO₂eq/ano
(807 tonCO₂eq/ano em 2022)

Grupo SIMAB

As empresas do Grupo SIMAB são constituídas pelos mercados abastecedores das regiões de Lisboa, Braga, Évora e Faro, além da própria holding SIMAB que gere esses mercados.

Assim, este grupo de empresas identifica os principais fatores que devem ser monitorizados numa abordagem de proatividade e avaliação constante dos riscos associados, nomeadamente, o risco e exposição dos mercados às alterações climáticas, a necessidade de racionalização dos consumos de energia e de um uso mais eficiente dos recursos hídricos, bem como, a proteção da biodiversidade, as emissões de gases de efeito de estufa e uma gestão eficaz dos resíduos.

Neste âmbito o Grupo SIMAB tem responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, cuja melhoria é concretizada através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como através da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para a valorização dos mesmos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental, da holding e dos seus 4 mercados, salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2023:



e os principais indicadores relevantes:

Consumo eletricidade de 10 546 GJ (11.169 GJ em 2021)	9.748 ton de resíduos produzidas (7.911 ton em 2022)	38% dos resíduos produzidos foram incinerados
Consumo água 38.554 m ³ (110.945 m ³ em 2021)	Emissões diretas (Escopo 1) de gases com efeito de estufa de 860 tonCO ₂ eq/ano (807 tonCO ₂ eq/ano em 2022)	

Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias gere a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente. De facto, a maioria da atividade agrícola, florestal e pecuária da Companhia da Lezírias está enquadrada em produção integrada e agricultura biológica, sendo que a gestão florestal está certificada como sustentável e estão estabelecidas práticas de agricultura de precisão.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam, sendo que o território dela apresenta 2.325 hectares (11,21% do total) na Reserva Natural do Estuário do Tejo e 13.621 hectares (65,67% do total) na Zona de Proteção Especial e no Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo.



A Companhia das Lezírias tem implementado diversas medidas de forma a diminuir o seu impacto ambiental através: i) da criação de reservas de água superficial; ii) do reaproveitamento da água dos lavatórios do EVOA para enchimento dos autoclismos; iii) do aproveitamento da água da chuva; iv) da diminuição das áreas de cultura de arroz e do uso da agricultura de precisão no milho e rega de precisão na vinha e olival.

Refira-se ainda o esforço da Companhia das Lezírias na redução do impacto nos seus efluentes através de ETARs que garantem o tratamento das águas residuais conforme estabelecido na lei portuguesa, sendo o caso do aldeamento turístico da Coudelaria, do EVOA e, também da Adega do Catapereiro, sendo que, nesta última localização está em curso um processo de instalação de uma nova ETAR, já com princípios de circularidade no tratamento destes resíduos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Companhia das Lezírias salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2023 e os principais indicadores relevantes:



- Totalidade da vinha encontram-se em transformação para produção biológica 7.906 ha de pastagem em Agricultura Biológica Processo de conhecimento da pegada de carbono da produção vitivinícola e de toda a cadeia de valor do vinho
- Expansão da alimentação por painéis fotovoltaicos dos pontos de abeberamento junto aos furos de água (Barracão dos Porcos) e renovação do ponto de abeberamento Bexiga
- Encaminhamento de plástico/metais/óleos para reciclagem.
- Encaminhamento para reciclagem todos os resíduos não orgânicos da vinha/olival/adega e programa de recolha e encaminhamento para reciclagem de rolhas de cortiça
- Utilização do recuperador de caldas como forma de encaminhamento de resíduos obtidos pelo método Heliosecc.
- Formação a todos os trabalhadores da floresta em boas práticas florestais. Formados 37 trabalhadores em 2023
- O olival tradicional em Alter está atualmente em conversão para um regime de agricultura biológica
- Utilização de fertilizantes totalmente orgânicos na vinha.
- Controlo de vegetação lenhosa com corta matos. 1.256 ha em 2023
- Projeto StopDeserTejo com 5.234 voluntários em ações de restauro do coberto.
- Instalados 13025 protetores em 2023, sendo 8000 para javalis e restantes para vacas
- Reforço dos temas de sustentabilidade através de formação dos guias – 11
- Calculo de pegada de carbono âmbito 3
- Manter o sistema de gestão florestal a funcionar - manutenção do certificado de gestão florestal sustentável pela norma internacional mais abrangente

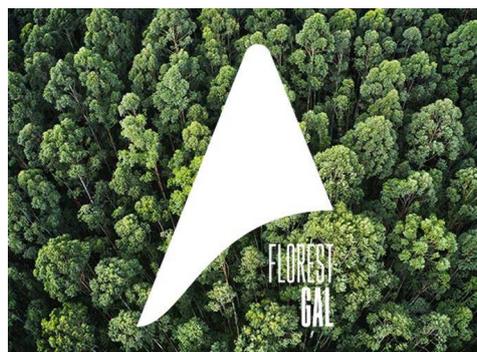
Consumo de eletricidade 7046 GJ 38% superior a 2022 (5099 GJ)	Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes renováveis – 13,68 J	Consumo combustíveis 6384 GJ (-30% que em 2022)
Produzidos 3 800 kWh de eletricidade na adega de Catapereiro (igual a 2022)	Monitorizados 1747 mamíferos de diversas espécie	Instalados 13025 protetores em 2023, sendo 8000 para javalis e restantes para vacas
Formados 37 trabalhadores em boas práticas florestais em 2023	8.907 hectares de floresta são certificados com princípios de Gestão Florestal Sustentável	Projeto StopDeserTejo com 5.234 voluntários em ações de restauro do coberto

Consolidação de 70 ha de pinheiro-manso e sementeira de adicionais 7 ha	Controlo de vegetação lenhosa com corta matos 1.256 ha em 2023
---	--

Florestgal

A Florestgal assume-se como um instrumento de política pública para intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal, do ordenamento do território, do combate às alterações climáticas e da biodiversidade e conservação da natureza.

A Florestgal gere uma área de aproximadamente 22 mil hectares distribuídos por 27 concelhos. Dada a atividade da empresa, a vertente ambiental faz parte da génese da empresa. A Florestgal está em vias de obter a certificação do seu Sistema Gestão Florestal (SGF) pelo normativo NP 4406:2014 (NP 4406:2022 em fase de transição), realizada pela empresa em todas as propriedades florestais sobre a sua responsabilidade, detidas por si ou arrendadas.



Durante o ano de 2023, a Florestgal submeteu o seu sistema de Gestão Florestal e os seus resultados no terreno a uma auditoria de pré-certificação da correspondente conformidade com os princípios e os critérios do acima referido normativo. Neste momento a empresa encontra-se a responder às não conformidades e observações apresentadas na sequência da auditoria. A Florestgal estima que existam condições para submeter o seu sistema de Gestão Florestal à auditoria final de concessão durante o 2.º semestre de 2024.

A estratégia de sustentabilidade da Florestgal estrutura-se em 4 eixos, que têm correspondência com os Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) 8,12,13 e15

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Florestgal salientam-se as ações mais significativas de 2023:



- Parceria com o ICNF para um projeto de restauro de ecossistemas em propriedades da Florestgal no Parque Natural do Tejo Internacional;
- Contributos do coberto vegetal e solo preservados como resultado da gestão florestal prosseguida, incluindo prevenção e combate a incêndio, para a retenção e preservação de água em quantidade e qualidade;
- Diminuição da contaminação de recursos hídricos através da redução do uso de pesticidas químicos com recurso a controlo biológico de pestes que afetam áreas florestais geridas pela FlorestGal;

- Garantir que as atividades nas áreas sob responsabilidade da FlorestGal (detidas ou arrendadas) são desenvolvidas de modo a minimizar o risco de contaminação do solo ou recursos hídricos, assegurando que as organizações mobilizadas para executar as intervenções silvícolas tomam as medidas necessárias para prevenir o derrame ou abandono de materiais poluentes (e.g., lubrificantes, combustíveis, partes de equipamento obsoleto), incluindo a boa manutenção da maquinaria e adoção de procedimentos de gestão ambiental para o correto manuseamento, armazenagem e deposição de materiais e seus resíduos;
- Aprovação de um plano de Gestão de Lamas de ETAR, que num projeto pioneiro, foram utilizadas e incorporadas numa antiga área de eucalipto, agora reconvertida com a ocupação de sobreiro, azinheira e pinheiro manso;
- Utilização da urze como material para filtração de odores em estação de tratamento de águas residuais (ETAR) corretamente adotada na ETAR de Alcântara em Lisboa;
- Política de gestão florestal que inclui a prevenção e combate a incêndios, mas também a retenção e preservação de água em quantidade e qualidade;
- Produção de biomassa nas áreas florestais sob gestão da Florestgal passível de valorização energética;
- Contributo para uma maior disponibilidade de água para produção de energia hidroelétrica como resultado da retenção de água graças à preservação do Capital Natural (i.e., coberto vegetal e solos);
- Aumento da resiliência de territórios com acentuada incidência de floresta e elevado risco de incêndio por via da intervenção na paisagem em execução, enquanto Entidade Gestora de Operações Integradas de Gestão da Paisagem ;
- Processo de certificação da gestão sustentável das florestas sob responsabilidade da Florestgal;
- Promoção da circularidade e aproveitamento de lamas de ETAR para aumentar a matéria orgânica e a qualidade de solos florestais, usando um resíduo do tratamento de águas residuais domésticas como recurso para melhorar o Capital Natural intrínseco da área florestal;
- Produção de madeira e cortiça com sequestro perene de carbono;
- Preservação de solos e coberto vegetal para que os serviços dos ecossistemas funcionem como sumidouros de carbono, sequestrando-o.

Propriedades adquiridas
em áreas protegidas
2022: 697,2 ha
2023: 513,3 ha

2023: 70h de formação
em implementação de sistema
de Gestão Florestal

7.792 ha de propriedades
com Certificação de Gestão Florestal

Fundiestamo



- Identificação e substituição de materiais com amianto nos imóveis geridos pela Fundiestamo;
- Instalação progressiva de postos para carros elétricos nos imóveis dos Fundos imobiliários geridos pela Empresa;
- Prossecução dos trabalhos de inventariação e registo dos consumos de cada um dos imóveis propriedade dos Fundos geridos pela Fundiestamo, incidindo nas zonas comuns da sua responsabilidade, de forma a estabelecer um conjunto de metas de diminuição dos consumos de energia e de água;
- Escolha de fornecedores de energia que oferecem uma distribuição de fontes renováveis superiores a 30%;
- Diminuir gradualmente a produção de Co2 produzidos pelo consumo energético dos imóveis dos fundos imobiliários geridos pela empresa (atualmente a libertação de CO2 de todos os imóveis está estimada em 4 400 ton/ano);
- Diminuir gradualmente a produção de Co2 produzido pelo consumo elétrico da empresa (3 ton/ano em 2023).

Consumo eletricidade 11.748 KWh
(-27% face a 2022)

Consumo Combustíveis 4.726 litros
(-3% litros face 2022)

Consumo Água 91 m³*
(29 m³ em 2022)

*A mudança nas instalações esteve na base do aumento do consumo.

Estamo

Na sua atividade a Estamo, sempre que possível, implementa soluções mais eficientes do ponto de vista ecológico, nomeadamente medidas de redução do consumo de energia e água ou a reutilização de águas residuais.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Estamo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2023:



- Cedências de áreas significativas dos projetos desenvolvidos a espaços verdes e outros equipamentos públicos;
- Afetação de vários imóveis ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, e ao IHRU destinados a programas de arrendamento acessível;
- Limpezas periódicas de terrenos de forma a reduzir ou eliminar os riscos de incêndios e problemas de salubridade;
- Instalação no edifício sede e noutros edifícios de rendimento de tomadas para carregamento de carros elétricos nas garagens;
- Utilização de lâmpadas “led” tanto na sua Sede como em todas as obras de requalificação dos seus imóveis de rendimento;
- Instalação, sempre que possível de temporizadores de energia elétrica tanto no seu imóvel sede como nos imóveis de rendimento;
- Limpezas periódicas de terrenos de forma a reduzir ou eliminar os riscos de incêndios e problemas de salubridade;
- A empresa promove diretamente ou através de outras empresas do grupo a limpeza de terrenos contaminados por resíduos industriais, permitindo a reconversão dos mesmos para atividades com forte cariz humanos (habitação, equipamentos urbanos e serviços)

* Consumo eletricidade 9.961 KWh
(916 KWh em 2022)

Consumo Combustíveis 6.481 litros
(5.838 litros em 2022)

* o aumento do consumo deve-se ao facto da empresa dispor de instalações substancialmente maiores desde 2023.

Consest

A atividade da Consest centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, situado na Falagueira, no Concelho da Amadora, composto por duas parcelas de terreno urbano para construção, uma com 545.213 m² (Parcela B) e a nova parcela com 36.052 m² (Parcela A).

Assim, no âmbito ambiental, todos os recursos da Consest são utilizados nos riscos associados a esse ativo, desenvolvendo a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os riscos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.



A.R.S.

A A.R.S tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e para o desenvolvimento local dos concelhos que se situam nos territórios que gere. Assim, a Baía do Tejo define como temas materiais a própria sustentabilidade ambiental da sua atividade e a eficiência energética das áreas onde intervém.

A A.R.S. é também responsável pela gestão e manutenção das infraestruturas localizadas dentro do Parque Empresarial no Barreiro, nomeadamente as infraestruturas hidráulicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Neste âmbito salientam-se os resultados muito positivos da ligação em alta dos efluentes de toda a zona do Parque Empresarial do Barreiro à ETAR Simarsul, que permitem perspetivar os enormes ganhos futuros, em termos ambientais, para o território gerido pela Baía do Tejo e para toda a região.

A A.R.S. integra no seu património 125,5 hectares na Reserva Ecológica Nacional e 14,4 hectares na Reserva Agrícola Nacional e também 22,88 hectares de zonas inundáveis relativas a Domínio Público Hídrico.



A resolução dos passivos ambientais é uma das principais prioridades da A.R.S., a aprofundar no âmbito de projeto de valorização dos territórios geridos, com reavaliação das metodologias a aplicar levando em linha de conta os estudos de caracterização atual a realizar e a nova configuração estratégica para os territórios do Arco Ribeirinho Sul. A continuidade do investimento que permitirá dar seguimento à resolução do passivo ambiental histórico, localizado numa área com cerca de 200ha, será suportada pelo Fundo Ambiental.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da A.R.S. salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2023 e os principais indicadores relevantes:



- Em 2023 os investimentos centraram-se na conclusão dos levantamentos topográficos dos parques do Barreiro, Seixal e Estarreja, conforme previsto no Plano de Atividade e Orçamento;
- No Parque do Barreiro o investimento incidiu, principalmente, na substituição de coberturas em fibrocimento, numa área de 1.450 m², para além de obras de substituição integral de coberturas com estrutura em madeira e revestimento de telha cerâmica, no antigo Bairro Operário de Santa Bárbara,
- Recolha, sistematização e tratamento de informação de índole comercial e técnica (atividades existentes nos parques e sua localização, imóveis com licença de utilização ou equivalente, clientes geradores de fluxos rodoviários significativos e seus trajetos, localização de imóveis considerados património classificado ou equipamento, etc.);
- Processos de licenciamento e legalização de imóveis com a obtenção de condições para obter as licenças de utilização vários imóveis, para além de algumas intervenções de requalificação de instalações de clientes;
- Zonamento dos 3 territórios, com a definição de usos em articulação com os IGT de nível superior (PDM's em vigor ou revisão) e com os Eixos Estratégicos fundamentais de desenvolvimento e de requalificação urbanística vertidas na RCM 41/2023;
- Soluções tecnológicas mais avançadas com a implementação de software de gestão para circulação digital de documentos e arquivo documental, dando continuidade à política da empresa de desmaterialização de processos internos e externos;
- Investimentos com o apoio de fundos comunitários (POVT / POSEUR), com o objetivo de remover passivos ambientais históricos
- Foram realizados trabalhos de preparação para a próxima fase de remediação dos passivos ambientais, com reavaliação das metodologias a aplicar, privilegiando a remedição in-situ e on-site, levando em linha de conta os estudos de caracterização atuais, de acordo com a nova configuração estratégica para os seus territórios.

Consumo eletricidade 3.395.351 MJ Kwh	Água captada 969.205 m ³ (881,854 m ³ em 2022)	Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes não renováveis - 1114,6 MJ
Emissões diretas (Escopo 1) GEE 79 tonCO ₂ eq Emissões diretas (Escopo 2) GEE 340 tonCO ₂ eq	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas 874 (*)	Reserva de 1.600.000 euros consignada à responsabilidade ambiental, para cobertura de eventuais danos ambientais
No PE do Barreiro a BdT abastece de água 223 clientes (156.243 m ³ em 2023)	Investimento de mais de 35 milhões de euros remoção de 382.000 toneladas de resíduos perigosos considerados prioritários pela APA	Certificada nas normas ISO 9001:2008

Circuito Estoril

A Circuito Estoril tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do autódromo do Estoril, sendo que a gestão deste ativo apresenta vários desafios em matéria ambiental.

O autódromo ocupa uma área de 52 ha, toda ela inserida no contexto do Parque Natural Sintra Cascais, sendo uma das preocupações da Circuito Estoril a manutenção dos terrenos limpos de mato de modo a limitar o risco de incêndios florestais e minimizar possíveis danos.

De salientar que a Circuito Estoril implementou de forma proativa algumas medidas com vista a mitigar os efeitos da produção de ruído junto da população envolvente, nomeadamente por via da limitação dos horários de realização das provas e das medições dos níveis de ruído.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Circuito Estoril salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2023 e os principais indicadores relevantes:



- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo;
- Captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água do autódromo;
- As redes internas de distribuição de água foram renovadas, otimizando o consumo de água e evitando desperdícios com fugas de água;
- Resíduos produzidos durante os eventos, tais como pneus, óleos, madeiras, alcatifas e plásticos são transportados por empresas certificadas que procedem posteriormente à reciclagem dos mesmos;
- Limitação do horário da atividade do autódromo das 9 horas às 19 horas, salvo raras exceções, e implementação de um sistema de controlo de nível de ruído nos eventos denominados *track days*;

- Procedimento de controlo sistemático das emissões de ruído dos veículos admitidos a circular na pista, bem como do número de veículos que poderão circular em simultâneo e horário dos eventos;
- Rede de monitorização de ruído ambiente constituída por 3 estações de monitorização contínua permanente de ruído ambiente e Plataforma digital integrada, MIRA (Monitorização Inteligente de Ruído Ambiental);

Consumo eletricidade 600,805 Kwh
(201 246 KWh em 2022)

Consumo combustíveis 4.082 litros
(3.921litros em 2022)

98% do consumo de água
do autódromo provem dos furos
existentes nas instalações

Sagesecur

A Sagesecur, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários e assegura a gestão dos contratos relativos ao seu principal ativo que são os comboios utilizados pela Fertagus. Não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, os quais são assegurados no quadro do modelo de recursos partilhados gerido pela holding, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.



VII. NOTA FINAL

O relatório de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA reflete o nosso compromisso contínuo com a transparência, a responsabilidade social e a gestão ambiental. Este relatório visa proporcionar uma visão abrangente das nossas atividades e iniciativas ao longo do último ano, destacando os progressos alcançados e os desafios enfrentados.

A sustentabilidade é um pilar fundamental da nossa estratégia corporativa. No Grupo Parpública, entendemos que o nosso papel vai além da gestão eficiente dos ativos públicos; temos a responsabilidade de promover práticas sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico e para a preservação ambiental. Este relatório ilustra a forma como integramos estes princípios nas nossas operações diárias e na nossa cultura organizacional.

Durante o período em análise, implementamos diversas iniciativas que reforçam o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Os nossos esforços concentraram-se em áreas críticas como a redução da pegada de carbono, a promoção da eficiência energética, a gestão sustentável dos recursos naturais e a inclusão social. Adicionalmente, continuamos a investir em programas de capacitação e desenvolvimento dos nossos colaboradores, reconhecendo que o capital humano é essencial para o sucesso de nossas metas de sustentabilidade.

Um dos marcos significativos deste ano foi a abordagem e aproximação à Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 ("CSRD"), relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas que vem alterar a Diretiva de Divulgação de Informações Não Financeiras ("NFRD") e estabelecer novas regras sobre o reporte das empresas quanto à gestão dos desafios sociais e ambientais. Esta nova diretiva introduz alterações significativas no cenário do governo corporativo e da sustentabilidade, realçando a importância da prestação de contas, da transparência e da divulgação de informações não financeiras. Como resultado, o grupo PARPÚBLICA focar-se-á na adaptação às novas exigências, aprimorando os respetivos instrumentos de bom governo, bem como as políticas e práticas em matéria de sustentabilidade.

Os resultados obtidos refletem o esforço coletivo de todos os nossos colaboradores e parceiros. Através de uma abordagem colaborativa, conseguimos implementar projetos inovadores que não apenas melhoram a nossa eficiência operacional, mas também geram impacto positivo nas comunidades onde atuamos.

Entretanto, reconhecemos que a jornada rumo à sustentabilidade é contínua e desafiadora. Os impactos das mudanças climáticas e as crescentes expectativas da sociedade exigem que permaneçamos vigilantes e proativos. Por isso, continuaremos a investir em inovação e a procurar parcerias estratégicas que nos ajudem a enfrentar estes desafios de forma eficaz.

Agradecemos a todos os *stakeholders* que nos acompanham nesta trajetória, desde os nossos colaboradores e parceiros até as comunidades e entidades reguladoras, cujo apoio e colaboração são fundamentais para o nosso progresso e sucesso. Estamos confiantes de que, juntos, podemos construir um futuro mais sustentável e próspero para todos.

Finalizamos este relatório reafirmando o nosso compromisso com a melhoria contínua e com a responsabilidade ambiental e social. A Parpública seguirá empenhada em liderar pelo exemplo, promovendo práticas que respeitem o meio ambiente e contribuam para o bem-estar da sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

José Realinho de Matos
Presidente

Marco Paulo Salvado Neves
Vice-Presidente

Elisa Cristina Teixeira Cardoso
Vogal Executiva

João Miguel Cortes Simões Marcelo
Vogal Executivo

José Miguel Morais de Azevedo Rodrigues
Vogal Não Executivo
e Presidente da Comissão de Auditoria

Maria João Dias Pessoa de Araújo
Vogal Não Executiva
e Membro da Comissão de Auditoria